

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA CATORZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

-----**ATA NÚMERO SETE**-----

----- Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho,

Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Manuel de Oliveira Duarte, Manuel Medeiros, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Rosa Melo Félix, João Ricardo Vasconcelos, Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata e João Diogo Santos Moura. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Tiago Albuquerque (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Antunes. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Barata. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo de Abreu. -----

----- João de Matos Bernardino (PCP), por um dia. -----

----- Ana Carolina Ambrósio (PCP), por um dia. -----

----- Romão Lavadinho (PCP), por um dia. -----

----- Lúcia Gomes (PCP), por um dia. -----

----- Ana Drago (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rosa Félix. -----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Vasconcelos. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Moura. -----

----- Cláudia Madeira (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Frederico Lira. -----

----- Victor Gonçalves (PSD) informou que suspenderia o seu mandato entre 15 de janeiro de 2014 e 2 de fevereiro de 2014. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Maria Elisa Madureira de Carvalho (PS), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, pelo Deputado Municipal Manuel de Oliveira Duarte; -----

----- Artur Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pelo Deputado Municipal Manuel Medeiros; -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, João Gonçalves, Carlos Moura, António Prôa e João Bernardino. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente, referiu que havia uma série de avisos importantes para fazer aos Senhores Deputados Municipais:-----

----- Em primeiro lugar, havia na Mesa um Voto de Pesar por Jacira Fonseca; -----

----- Quanto à sessão do próximo dia dezasseis, a eleição do Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa, tinha-se pedido um esclarecimento à Comissão Eleitoral e, nos termos do esclarecimento pedido, só poderiam votar na sessão de dia dezasseis, entre as dezanove e as vinte e duas horas, os Deputados Municipais diretamente eleitos ou os seus substitutos. Passava a palavra ao Senhor Primeiro Secretário para ler a conclusão do esclarecimento que tinha sido pedido. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** procedeu à leitura das conclusões: -----

----- *“Em suma, o colégio eleitoral a quem é atribuída a competência para votar a lista candidata à Comissão Executiva Metropolitana é composto exclusivamente pelos membros diretamente eleitos para as Assembleias Municipais, por sufrágio universal e direto. Acham-se, assim, excluídos desse colégio os Presidentes de Junta de Freguesia que não são diretamente eleitos para as Assembleias Municipais.”* -----

----- **A Senhora Presidente** informou que o parecer com as explicações ficaria na sala de consultas. Mandara distribuir pelos representantes dos Grupos Municipais.-----

----- Disse que não era essa a sua interpretação, mas não fazia parte da Comissão eleitoral e não era a si que cabia esclarecer. -----

----- Recordou que se houvesse Deputados Municipais a ser substituídos para essa votação, convinha dar essa informação durante o presente dia, ou não se conseguiria incluir nos cadernos eleitorais e ficava sem efeito. Se os Senhores Representantes quisessem indicar delegados para fiscalizar o ato, também agradecia que fizessem chegar os nomes.-----

----- Assinalou que no regulamento eleitoral distribuído, que estaria na sala de consultas e no Fórum no dia da votação, havia duas gralhas bastante relevantes nos artigos décimo e décimo quinto. Havia uma referência à capacidade eleitoral passiva, quando se tratava de capacidade eleitoral ativa. Isso parecia um pormenor, mas alterava as contas todas. Havia um documento a explicar essa gralha, que pedira para ser distribuído a todos os Senhores Deputados Municipais.-----

----- Deu conhecimento que na presente reunião, ao assinarem a presença, seria entregue aos Senhores Deputados Municipais um envelope com um despacho emitido por si relativamente ao pagamento das senhas de presença. Parecia um assunto prosaico, mas essas coisas tinham que ser tratadas com muita clareza. No final teriam uma ficha para preencher e fariam uma escolha entre três soluções, conforme a situação de cada um. Fariam chegar até ao final do mês essa informação, absolutamente necessária para processar as senhas de presença. -----

----- Sabia existirem senhas em atraso, do ano anterior, e tentaria resolver todo o problema de atrasados durante o mês de janeiro. As normas e disposições que estavam no despacho só entrariam em vigor relativamente às reuniões de janeiro, que já estavam a ter lugar e que seriam pagas em fevereiro. -----

----- O objetivo era que isso ficasse tudo muito claro e que a partir do mês de fevereiro os Senhores Deputados Municipais recebessem as senhas de presença a que tinham direito regularmente na mesma data, para saberem exatamente a que correspondia e o trabalho que estava por trás, porque havia grandes oscilações no apuramento desses valores e desses montantes. Por isso pedia a atenção para o despacho entregue aos Senhores Deputados Municipais.-----

----- Referiu que o teor do despacho tinha sido visto diretamente com o Tribunal de Contas, porque havia dúvidas de interpretação. Embora o Tribunal de Contas não desse pareceres prévios, nem tinha essa competência, mas era o órgão fiscalizador e procurara-se de uma maneira proactiva, junto do Tribunal de Contas, saber se a interpretação a ser feita do Orçamento de Estado estava correta, assim como o procedimento que se estava a implementar. Resultara a consonância de interpretação em relação à maneira como estavam a fazer.-----

----- Disse para não lhe perguntarem a sua opinião sobre o Orçamento de Estado, porque imaginavam qual fosse, mas o problema não era esse. O problema era que, uma vez promulgado como Lei, teriam que o cumprir e proceder corretamente.-----

----- Informou que já estavam prontos os pareceres elaborados pelas Primeira e Quinta Comissões sobre as propostas 915 e 916. Tinham sido entregues à Câmara, que no dia seguinte iria discutir em reunião pelo menos uma dessas propostas. Teriam que acompanhar esse processo a par e passo, para que no próximo dia vinte e um, munidos com todas as informações e esclarecimentos necessários, estivessem em condições de discutir essa matéria da maior importância.-----

----- Tinha pedido que os pareceres fossem distribuídos por todos os Senhores Deputados Municipais por via mail e estariam disponíveis em papel na sala de consultas.-----

----- Referiu que se tinham recebido pedidos de várias pessoas que acompanhavam as sessões, dizendo não saber quem eram as pessoas que estavam a falar. Para se poder legendar tinha que haver imagem e estava presente uma equipa da Câmara para fotografar, pelo que solicitava aos Senhores Deputados Municipais que fossem um de cada vez, quando lhes fosse pedido, para não perturbar o funcionamento da Assembleia.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** leu o seguinte Voto de Pesar:-----

----- Voto de Pesar pelo Falecimento de Jacira Fonseca-----

-----“ *Jacira da Conceição Filipe da Fonseca Dias Baptista faleceu no passado dia 12 de Outubro, em Lisboa, aos 64 anos de idade.*-----

----- *Licenciada em Sociologia, era membro da APSIOT – Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial das Organizações e do Trabalho e membro da Amnistia Internacional (Secção Portuguesa).*-----

----- *A Jacira Fonseca teve uma vida dedicada à política e à causa pública, deixando uma profunda marca na cidade de Lisboa.*-----

----- *Foi autarca em Lisboa durante vários anos:*-----

----- *De 1990 a 1993 – Presidente da Assembleia de Freguesia do Sacramento;*-----

----- *De 1993 a 1997 – Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede;*-----

----- De 1993 a 1997 – Deputada Municipal na Assembleia Municipal de Lisboa; -----  
 ----- De 1998 a 2005 – Membro da Assembleia de Freguesia de São Mamede. -----  
 ----- Dedicou quase duas décadas da sua vida ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenhou várias funções:-----  
 ----- De 1990 a 1996 – Assessora no Gabinete da Vereação da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, sendo responsável por acompanhar as atividades das Juntas de Freguesia na área da cultura e assegurar o relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia, bem como proceder a análise e emitir parecer sobre projetos; ---  
 ----- De 1996 a 2001 – Assessora no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa; -----  
 ----- De Maio 2005 a 2009 – Técnica Superior na Baixa Pombalina, SRU.-----  
 ----- O seu trabalho foi sempre bastante reconhecido pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia de Lisboa, tendo sido mesmo objeto de um voto de louvor aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de Lisboa. ---  
 ----- Desempenhou ainda funções na Câmara Municipal de Odivelas entre Abril de 2002 e Abril de 2005 como Assessora no Gabinete da Vereação da Cultura. -----  
 ----- A Jacira Fonseca era uma mulher de qualidades raras. Detentora de uma extrema generosidade e entrega ao próximo, foi uma mulher de causas e que sempre abraçou os desafios de forma empenhada. Foi assim com tudo, inclusive com a luta que travou contra a doença durante doze anos. Foi um exemplo de vida. -----  
 ----- Foi uma autarca especialmente dedicada aos mais desfavorecidos e que defendeu de forma empenhada a igualdade de oportunidades, tendo sido uma grande referência para todos quantos tiveram o privilégio de com ela trabalhar. -----  
 ----- A sua partida deixou a cidade de Lisboa e a política autárquica mais pobre. -----  
 ----- Atendendo as qualidades humanas, sociais e políticas de Jacira Fonseca, assim como o percurso que realizou nas passadas décadas ao serviço das Freguesias e da cidade de Lisboa e seus munícipes, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem o pesar de propor à Assembleia Municipal na sua reunião de 14 de Janeiro de 2014, que delibere:-----  
 ----- 1) Guardar um minuto de silêncio em memória da cidadã e antiga autarca lisboeta Jacira Fonseca;-----  
 ----- 2) Dar conhecimento deste voto de pesar à família de Jacira Fonseca; -----  
 ----- Lisboa, 8 de Janeiro de 2014-----  
 ----- O Líder do Grupo Municipal – Rui Paulo Figueiredo -----  
 ----- A Deputada Municipal – Carla Madeira.”-----  
 ----- **A Senhora Presidente** submeteu à votação o **Voto de Pesar por Jacira Fonseca**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----  
 ----- Seguidamente a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em memória de Jacira Fonseca) -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que, quanto ao despacho que fora enviado, o PCP discordava da penalização complementar das senhas de presença. Era o que estava no Orçamento de Estado, mas o PCP era contra e queria manifestá-lo. -----

----- Outra componente importante era o facto do PCP ser contra a disposição clara de que no mesmo dia só poderia haver uma senha de presença. Parecia-lhe que, havendo mais que uma reunião e não sendo simultâneas, não havia razão.-----

----- Estava a pensar por exemplo na situação que lhe convinha, que era uma reunião dos representantes seguida da Assembleia, sendo duas reuniões em tempos não coincidentes.-----

----- Era uma questão que queria colocar e, naturalmente, saber se o despacho já tinha seguido ou não. Se não tivesse seguido, gostava que esse ponto fosse aclarado e manifestava publicamente a discordância do Grupo Municipal do PCP contra essa disposição orçamental do Governo.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que esse entendimento, por cada dia de trabalho só poder haver uma senha de presença, não era um entendimento seu. Era um entendimento consensualizado com o Tribunal de Contas e era uma matéria que devia ser esclarecida em definitivo em sede de Regimento. Ia começar a funcionar o grupo de trabalho do Regimento, estava uma norma a dizer que era só uma senha por dia mas essa norma podia ser alterada em sede de Regimento. Se ela fosse alterada, o seu despacho tinha que ser alterado em função da deliberação da Assembleia Municipal. Até lá não se aplicaria tudo o que se tinha passado até trinta e um de dezembro de dois mil e treze, porque o despacho tinha a ver com o Orçamento de dois mil e catorze e que só entrara em vigor no dia um de janeiro.-----

----- Referiu que podia alterar o despacho, mas como o entendimento do Tribunal de Contas era esse, sentia-se mais confortável a alterar o despacho em função de uma deliberação da Assembleia em sede de alteração do Regimento que iriam tomar em fevereiro. Se houvesse algum acerto, a deliberação da Assembleia mandaria fazer o acerto para trás.-----

----- As reuniões de janeiro seriam tidas em consideração e certamente que não iriam fazer um incidente processual. Essa matéria seria discutida em sede de Conferência de Representantes. Se os Senhores Deputados Municipais entendessem que esse ponto do despacho devia ser revogado, não tinha qualquer dificuldade nisso, mas era só para não se estar a criar mais um problema.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que, em relação à revisão do Regimento, era a primeira vez que a Mesa assumia esse trabalho, porque tinha sido sempre entregue a uma comissão.-----

----- Em relação à matéria do despacho, a Senhora Presidente devia suspender esse despacho, não ir para publicação e aguardar então a revisão do Regimento, porque ponderaria que os Deputados Municipais não eram profissionais e se entravam de manhã e saíam à tarde, no mínimo devia haver uma correspondência em termos de ressarcimento.-----

----- A proposta do PCP era que se suspendesse o despacho até à conclusão da revisão do Regimento.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que tinha tomado devida nota da proposta. Teriam que sujeitar essa indicação a deliberação da Assembleia. Presumia que a proposta não

era para suspender todo o despacho, mas só essa alínea. Ouviria todos os representantes e depois procederia em conformidade. -----

----- Esclareceu que a sua interpretação era exatamente semelhante e só não tinha ficado outra redação no despacho por consensualização com a opinião do Tribunal de Contas, entidade fiscalizadora. -----

----- Se autorizasse despesas de forma irregular, era a si que competia pagar a multa e, portanto, tivera algum cuidado nessa matéria, mas em devido tempo havia de se esclarecer. Ninguém ficava prejudicado e as listas de presenças estavam registradas, podendo a todo o tempo ser corrigido, se assim fosse a decisão da Assembleia Municipal e se ela fosse considerada legítima, regular e legal. -----

----- Quanto à chamada de atenção do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro sobre o Regimento, lamentava mas era o que estava na Lei, não havia que espantar por se cumprir a Lei. A Lei dizia que a Mesa apresentava uma proposta de Regimento ou criava um grupo de trabalho e por acaso até se iam fazer as duas coisas, apresentara-se um anteprojeto de Regimento e estava agendada a criação de um grupo de trabalho. Tentar-se-ia encontrar uma solução que tivesse o maior consenso dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Tudo o resto no despacho distribuído mantinha-se e era importante que os Senhores Deputados Municipais o vissem com calma e que preenchessem as declarações necessárias. Iria dar indicações para que a alínea relativa a não haver mais que uma senha por dia não fosse no momento eficaz, ficando suspensa até ficar esclarecida a deliberação do plenário, que era a entidade competente para essa matéria. Tudo o resto tinha que entrar em vigor e pedia a colaboração de todos, porque era muito difícil que se conseguisse garantir o processamento devido das senhas, tudo nos conformes e nas datas conformes. -----

----- Pediu a maior compreensão, sendo que também era contra essa norma do Orçamento de Estado mas como cidadã competia-lhe fazer cumprir, embora manifestando a sua discordância, como já fizera quer em sede de Conferência de Representantes, quer na presente reunião da Assembleia. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### PONTO ÚNICO – DECLARAÇÕES POLÍTICAS

----- A Senhora Presidente referiu que não tinha ficado acertada em sede de Conferência de Representantes a ordem das intervenções. Funcionariam por ordem de inscrições na Mesa, alternando os partidos para não ser sempre o mesmo partido a falar. -----

----- A Senhora Segunda Secretária procedeu à seguinte explicação: -----

“----- *FORMATO DE GRELHA DE TEMPOS*-----

----- *Conforme acordado na Conferência de Representantes realizada no dia seis de janeiro de dois mil e catorze, o formato da sessão extraordinária dedicada às declarações políticas é a seguinte:*-----

----- *Cada Grupo Municipal, bem como o conjunto dos Deputados Independentes, dispõe de onze minutos a dividir entre a intervenção inicial e as respostas ao pedido*

*de esclarecimento feito pelos Deputados dos restantes Grupos Municipais ou Independentes; -----*

*----- A seguir à intervenção inicial de cada Grupo Municipal ou do conjunto dos Deputados Independentes, podem ser feitas perguntas ao orador por um tempo máximo de dois minutos para cada força política ou para o conjunto dos Deputados Independentes; -----*

*----- O Orador dispõe do resto do seu tempo para responder às questões formuladas; -*

*----- Os tempos definidos nas alíneas a), b) e c) não incluem o tempo previsto nos artigos 50 e 54 do Regimento, respetivamente sobre interpelações à Mesa e reações contra a ofensa à honra ou consideração; -----*

*----- A Câmara não tem tempo atribuído, salvo no caso previsto no artigo 54 do Regimento, que corresponde à reação contra ofensas à honra ou consideração. -----”*

**O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra para uma declaração política, disse que era uma oportunidade, num momento charneira para a cidade, de trocar algumas impressões e poder olhar para a forma como a reforma administrativa estava a ser implementada. Era importante terem presente o histórico que os levava até esse ponto, para de facto se poder ter presente o rumo que devia guiar para a concretização desse elemento que lhe parecia ser histórico para a cidade. -----

----- Era histórico desde logo porque se racionalizara, pela primeira vez na História da Cidade, as Freguesias, dando-lhes capacidade de intervenção, porque estruturalmente se estudara a realidade da cidade em comparação com a academia, promovendo a transferência de competências que, aliás, já eram executadas pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Tinha-se olhado de forma participada para esse processo nas suas várias fases, assegurando discussão pública alargada e assegurando a intervenção da Assembleia Municipal, envolvendo os cidadãos. Chegara-se a um resultado que no final era sólido quanto à conceção e quanto aos critérios gerais e abstratos para essa reforma: reforçar a proximidade, dotar de meios as Freguesias e dar uma capacidade de resposta de proximidade que a cidade necessitava havia muito tempo. -----

----- Era também um exercício validado pela população e isso importava não esquecer. Os resultados eleitorais de setembro passado eram também a demonstração de que os cidadãos de Lisboa tinham aderido e de facto reviam-se nessa opção diferente, nessa reforma global bem diferente daquela que noutros pontos do País estava a causar dificuldades. -----

----- Não podiam esquecer que o estudo de transferência de competências acompanhara-se também da ponderação dos recursos financeiros e dos recursos humanos necessários. -----

----- O ponto de implementação da reforma em que se encontravam, em parte já levava um saldo positivo porque o primeiro obstáculo estava superado, aquele que respeitava à agregação das Freguesias. Já havia vinte e quatro Freguesias na cidade, muitas delas resultando de processos de agregação particularmente complexos, mas



esse primeiro obstáculo tinha sido ultrapassado com relativa capacidade de resposta por parte dos funcionários, de dirigentes e de eleitos locais. -----

----- Chegara-se a uma fase que era determinante para todos e que importava sublinhar desde o início que ser uma fase complexa e em relação à qual não deviam ter receio de dizer que necessitaria de um trabalho árduo por parte de todos os eleitos, por parte de todos os funcionários do Município e das Freguesias, com vista a assegurar uma resposta rigorosa e para a qual teria que haver bastante paciência, bastante boa-fé e bastante trabalho em cooperação, em prol da cidade. -----

----- Isso implicaria uma capacidade de adaptação e de flexibilidade na sua execução e implicaria também que se olhasse com particular detalhe, um exercício que a Assembleia Municipal já começara a fazer, na análise das propostas 915 e 916, que versavam precisamente sobre a transferência de competências e sobre os critérios de transferência do pessoal. Eram documentos fundamentais que iriam informar depois, na fase de implementação, aquilo que também parecia ser um elemento estratégico fundamental, que era o auto de transferência para cada uma das Freguesias, para que de forma particularmente clara e detalhada ficassem balizadas as formas de gerir a cidade doravante. -----

----- Nesse processo encontravam-se fundamentalmente três grandes eixos que importava ter presentes na análise a realizar. Em primeiro lugar um processo de definição de missões e de espaços estruturantes, encetado pela Câmara e já sob análise, que em grande medida correspondia à expectativa de quais esses passos; -----

----- Em segundo lugar uma operacionalização da transferência de recursos humanos, em que a palavra-chave era a garantia dos direitos, a garantia da estabilidade funcional, a preservação da situação funcional dos trabalhadores do Município, envolvendo as estruturas sindicais e envolvendo as Juntas de Freguesia; -----

----- Depois era um processo de acompanhamento da transição que tivesse presente a tal necessidade de flexibilidade, a capacidade de adaptação, a criatividade na forma como a reforma era estruturada. -----

----- Disse que começava precisamente por aquele ponto que parecia ser mais importante e em relação ao qual deviam ser todos particularmente claros e dar todas as garantias que pudessem ainda não estar suficientemente explícitas. Era o que respeitava à transição do pessoal para as Juntas de Freguesia. Importava não esquecer e sublinhar uma vez mais que estava garantida a permanência do vínculo público, estavam garantidas as condições de prestação de trabalho, estava garantida a estabilidade profissional, estavam definidos critérios objetivos e que permitiam acompanhar, quer a transferência de equipamentos, quer a transferência de missões e de funções que, não estando territorializadas, implicavam também a transferência de pessoal para as Juntas de Freguesia. Também a garantia do estatuto naquilo que era o acesso a elementos complementares da situação funcional, no que respeitava nomeadamente ao acesso a serviços sociais, às creches, aos refeitórios, às componentes remuneratórias adicionais. -----

----- Para além de significar um importante momento de definição dos critérios objetivos e da dotação de estabilidade nessa operação, era também um momento de

relativa oportunidade no sentido de se poder caminhar para que, também nas Juntas de Freguesia, o pessoal que prestava funções nesse local beneficiasse do mesmo estatuto que beneficiariam os trabalhadores do Município, equiparando todos aqueles que eram trabalhadores do Município e das Juntas de Freguesia, criando a ideia do trabalhador da Cidade de Lisboa, mas também uma oportunidade de aproveitar o momento e operacionalizar em toda a cidade a ideia das trinta e cinco horas como o caminho adequado através da negociação coletiva, algo a que o Município já se vinculava e que era importante ser espelhado nesse processo, porque era de facto uma oportunidade para se estruturar esse tipo de intervenção.-----

----- Noutro plano importante enquanto eixo, que era a definição dos elementos estruturantes, das missões e dos equipamentos estruturantes, era importante também ter presente que se deparavam com um documento já trabalhado, já burilado, já feito numa lógica de filigrana que permitia a fixação clara de critérios fundamentados, que olhavam para o impacto transversal de determinadas missões na gestão da cidade, que olhava para a presença de mais que uma Freguesia na gestão de um determinado equipamento ou de uma determinada missão, que olhava para as questões relativas à complexidade da gestão de equipamentos como critérios operacionalizantes para se definir uma missão ou um equipamento como estruturante. -----

----- Era também importante recordar que a ideia da unidade da gestão estava presente nessa mesma abordagem, assegurando que não havia uma sobreposição de intervenções municipais e das Freguesias e que, antes pelo contrário, quando se definia uma missão como estruturante implicava que todas as missões associadas e conexas seguiam esse mesmo princípio e essa mesma lógica de organização. -----

----- Finalmente, outro eixo importante era o do acompanhamento da execução dessa matéria. Por um lado coordenar as intervenções para que, quando recebessem as competências, as Juntas de Freguesia tivessem de facto os meios, não só humanos e financeiros, mas particularmente os meios no plano da operacionalização das competências que recebiam. Eram importantes matérias, como a garantia de que os recursos informáticos necessários para as tarefas de licenciamento, por exemplo, estavam articulados e operacionalizados com o Município, mas também a ideia de que era fundamental acompanhar as transferências de competências e de pessoal com manuais procedimentais capazes de demonstrar os caminhos atualmente utilizados, onde poderiam ser implementados e como, também transmitindo a mensagem para os municípios de como se relacionarem com as novas estruturas. -----

----- O papel da Assembleia Municipal, no presente e no futuro, seria determinante para se poder operacionalizar essa reforma e o trabalho realizado nas comissões que se tinham debruçado sobre essa matéria já apontava uma série de caminhos, com várias propostas formuladas pelos Grupos Municipais e pelas Juntas de Freguesia no sentido de procurar melhorar o trabalho que a Câmara Municipal tinha realizado, afinando os detalhes das transferências de equipamentos, afinando os critérios da identificação de missões, nos licenciamentos, nos elementos pontuais em cada Freguesia que carecessem de intervenção, nalguns aspetos sobre algumas zonas que podiam ser definidas. Era fundamental que esse trabalho se concluísse rapidamente. ---

----- As palavras-chave que poderiam destacar para o processo que se iniciava eram a da flexibilidade, a capacidade de revisibilidade das opções e, acima de tudo, o bom senso e a boa-fé. Com esse espírito, nessa fase decisiva concluiriam e levariam a reforma a muito bom porto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos (PCP)** começou por dizer que não sabia se o Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves teria acompanhado o trabalho das comissões, mas a forma como fazia o auto elogio da proposta e, como na primeira parte, a auto comiserção sobre os méritos da própria proposta, em contraponto à segunda parte da intervenção, que em sede das comissões se verificara que as propostas estavam longe de atingir a clareza e o rigor que o Senhor Deputado Municipal referira. -----

----- A agregação das Freguesias não estava consumada no real. Por maior esforço que o PS fizesse para naturalizar o processo, não estava acabado. No caso concreto dos projetos, sem querer antecipar a discussão do dia vinte e um, os resultados na discussão das comissões fora a verificação das oponentias e das contradições levantadas. Essa componente era muito para além do auto elogio apresentado e gostava que o Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves dissesse alguma coisa sobre essa contradição entre o elogio e os resultados atualmente discutidos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luis Newton (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, disse que se levantavam duas questões em relação à intervenção produzida. Primeiro depreendia-se que o PS também defendia que as questões que afetassem a operacionalização da reforma e o funcionamento das Juntas de Freguesia deviam estar explicitamente plasmadas naquilo que seria o acordo tripartido a realizar entre a Câmara, as Juntas de Freguesia e os Sindicatos. -----

----- A segunda questão resultava da análise feita no que respeitava à questão dos equipamentos e vias estruturantes para a Cidade de Lisboa, nomeadamente naqueles onde atualmente as Juntas de Freguesia já asseguravam o cumprimento de serviços, fosse de equipamentos ou das próprias vias, e que teoricamente passariam para a gestão da Câmara Municipal. Perguntou se do ponto de vista do Grupo Municipal do PS isso fazia sentido e, se sim, por que razão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, respondendo às questões do Senhor Deputado Municipal do PCP, disse que não era um auto elogio, o elogio era o trabalho da Câmara Municipal, que elaborara essa primeira proposta. Não via contradição nenhuma em se elogiar um trabalho que estava bem feito, no sentido em que fazia o levantamento de todas as questões, mas simultaneamente sublinhar que era um trabalho que podia ser melhorado e que tinha vindo a ser melhorado. -----

----- Vinha acompanhando os trabalhos e a Junta de Freguesia do Lumiar emitira um parecer sobre a matéria, em que de forma particularmente exaustiva se identificavam vários aspetos da proposta em que ela podia ser melhorada. Parecia-lhe que esse era o espírito da Assembleia Municipal e era o espírito de qualquer trabalho com a complexidade que a reforma implicava. Era um bom trabalho de partida e no qual todos poderiam agora contribuir para ser reforçado e melhorado. -----

----- Não via aí contradição alguma e, antes pelo contrário, era um ponto de partida sólido e no qual poderiam fazer alterações que lhe pareciam positivas, porque permitiam não só o trabalho de detalhe em relação a cada parcela do território, em que as dúvidas podiam subsistir, como também, de forma um pouco mais abrangente e olhando para toda a cidade, verificar se todos os critérios elementares de transferência faziam sentido, ou se podiam ser melhorados. -----

----- Em relação às questões levantadas pelo Senhor Deputado Municipal Luis Newton, entendia que o acordo tripartido era um bom instrumento de tradução do compromisso à escala da Freguesia, do Município e das entidades sindicais. Sem prejuízo de juridicamente haver já instrumentos particularmente sólidos, que por um lado resultavam da deliberação municipal e posteriormente dos autos de transferência, haver uma garantia adicional que lhe parecia poder e dever ser prestada, dando a segurança necessária a todos os intervenientes, fazendo ver que havia um compromisso por parte de todos os intervenientes no sentido da concretização da reforma sem perda de regalias, sem perda de direitos e com garantia na estabilidade funcional. Todas as garantias que se pudessem dar nesse sentido eram positivas e eram de saudar, enquadrando-se no espírito que a reforma sempre tivera em cima da mesa. -----

----- Quanto à segunda questão, mais interessante e muito pertinente, de facto havia uma realidade anterior a reforma e outra realidade posterior à reforma. Havia determinadas missões que já eram realizadas pelas Juntas de Freguesia, era verdade que poucas, que estavam em cima da mesa a ser discutidas como potencialmente serem definidas como estruturantes, mas porque o quadro de intervenção municipal era um quadro distinto daquele que era anteriormente. -----

----- Passavam a ter competências próprias e que ficavam definidas *ad eternum* na Lei e, portanto, esse exercício, que apesar de tudo seria marginal, podia fazer sentido nalguns casos pontuais. O espírito da reforma não era necessariamente o de haver regresso de competências ao Município, mas nalguns casos podia haver essa justificação, para que pudesse ser suscetível de uma reavaliação pontual no caso da situação evoluir. -----

----- Mais uma vez, e acima de tudo, parecia-lhe que não deviam ser dogmáticos e deviam ter flexibilidade na apreciação de cada um desses pontos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra para uma declaração política, começou a sua intervenção congratulando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal por iniciar um ciclo de sessões dedicadas às declarações políticas dos diversos Grupos Municipais com assento na Assembleia. O Partido da Terra considerava essas sessões uma importante mais-valia no debate político dos assuntos da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que na primeira sessão gostaria de dedicar a sua intervenção em exclusivo a uma questão que atualmente afligia os trabalhadores da Câmara Municipal e que se traduzia na possibilidade desses virem a perder o seu direito ou trabalho por efeito da transferência de competências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Recordou que o Partido da Terra fora a única força política que na Assembleia Municipal, durante o anterior mandato, se tinha oposto ao modelo adotado pelo Executivo Camarário socialista do Doutor António Costa para a reforma administrativa da Cidade de Lisboa e a reestruturação dos serviços municipais. A verdade era que naquela altura sabia bem no que isso iria dar. -----

----- De facto, quando se insurgira contra o modelo que se pretendia adotar para a reforma administrativa da cidade e para a reestruturação dos serviços camarários alertara para o facto do modelo em causa poder vir a criar situações de iniquidade e de injustiça entre os trabalhadores do município.-----

----- No entanto, ninguém tinha prestado atenção e, com exceção feita ao MPT, todos os Deputados Municipais debateram e votaram as propostas que, entretanto, o executivo camarário apresentara.-----

----- Volvidos apenas alguns meses, ei-los novamente a discutir o problema criado pelo modelo então adotado para a referida reestruturação dos serviços e a reforma administrativa da cidade. -----

----- Era por isso que no ponto número um, relativo à reforma administrativa, o Senhor Presidente da Câmara referia, na sua última informação escrita, que, e passava a citar, “para concluir este ponto, tenho a noção que teremos certamente alguns escolhos na implantação desta reforma tão decisiva como estruturante para Lisboa”. Perguntou se estaria o Senhor Presidente a admitir os abrolhos dessa reforma precipitada e que já durante o debate sobre a reforma administrativa tinha também a noção do que iria acontecer.-----

----- Já que referira a última informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no que respeitava ao problema dos trabalhadores do município, gostaria de saber como é que era possível que o Senhor Presidente, também no ponto número 1, pudesse afirmar que “a lei que aprovou a reforma administrativa garante aos funcionários municipais transferidos para as freguesias a plenitude dos direitos adquiridos” e, logo de seguida, referisse que, e passava a citar “desde logo a manutenção dos trabalhadores da administração pública, são integrados nos quadros da Freguesia com todos os direitos próprios dos funcionários públicos”.-----

----- A verdade era que os trabalhadores camarários, diferentemente do que dizia o Senhor Presidente, não eram funcionários públicos, deixaram de o ser por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que, como sabiam, fora cozinhada na Assembleia da República pelo partido a que pertencia o Dr. António Costa. -----

----- A própria Lei n.º 56/2012, que procedia à reorganização administrativa de Lisboa e que a Senhora Vereadora Graça Fonseca não se cansava de alegremente confessar que tivera a sua origem numa iniciativa dos órgãos municipais competentes, como se referia na Proposta n.º 915/2013 relativa à aprovação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda a cidade, não referia uma única vez o termo “funcionário”. -----

----- A Lei falava, e bem, em “pessoal” para não dar azo a confusões como as que o Senhor Presidente acabara por fazer. Para tanto bastava ler o artigo 16º daquela Lei para se perceber isso. -----

----- De facto, a partir da entrada em vigor daquele diploma legal, e com exceção feita aos magistrados, diplomatas, agentes das forças de segurança e agentes e inspetores da Polícia Judiciária, os restantes trabalhadores da Administração Pública deixaram de ser considerados “funcionários ou agentes de nomeação definitiva” para passaram a ser considerados, simplesmente, como “trabalhadores em exercício de funções públicas” sujeitos, como todos os restantes trabalhadores portugueses, a idênticas regras no que respeitava ao despedimento. -----

----- Aliás, e em abono da verdade, havia que referir que os antigos funcionários públicos, atualmente trabalhadores em exercício de funções públicas, se encontravam atualmente menos protegidos do que os seus congéneres do sector privado uma vez que o regime que lhes era aplicável, de direito público, não tratava a Administração e os trabalhadores no mesmo pé de igualdade, uma vez que o interesse público prevaleceria sempre sobre o interesse do trabalhador. -----

----- Era por essa mesma razão que os funcionários públicos eram considerados agentes de nomeação definitiva que, só em casos muito excecionais, se permitia a sua desvinculação da função pública contra a sua vontade, contrariamente ao que sucedia com os trabalhadores em exercício de funções públicas que podiam ver cessar o seu vínculo laboral por despedimento. -----

----- Por isso, era perfeitamente legítimo que os trabalhadores da Câmara estivessem preocupados com o seu futuro imediato e que as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, designadamente quando dizia que “a lei que aprovou a reforma administrativa garante aos funcionários municipais transferidos para as freguesias a plenitude dos direitos adquiridos” e que “a manutenção dos trabalhadores da administração pública, são integrados nos quadros da Freguesia com todos os direitos próprios dos funcionários públicos” não lhes trouxesse quaisquer garantias na manutenção dos respetivos vínculos laborais face à perspetiva da eventualidade de um despedimento mais que certo. -----

----- Os trabalhadores da Câmara, confrontados com a perspetiva de poderem vir a ser considerados elegíveis a um “despedimento” por “inadaptação” ou “impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de a entidade pública receber o trabalho”, como prescrevia o número 9 do artigo 33º da Lei 12-A/2008, sob a epígrafe “cessação do contrato”, aquando da sua transferência e colocação numa Junta de Freguesia, optavam legitimamente por recorrer a mecanismos ao seu alcance para defender não só os seus postos de trabalho e vínculo laboral como, também, a própria defesa dos serviços públicos municipais. -----

----- A imposição do Executivo Camarário na descentralização dos serviços com a inevitável transferência de competências e, conseqüentemente, a transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia não podia ser feita, como aliás entendia o Partido da Terra, contra os interesses dos trabalhadores do município e da própria população lisboeta. -----

----- O que o Partido da Terra entendia e defendia era que a forçada transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia não se fizesse contra os legítimos interesses dos trabalhadores do município. -----

----- O Partido da Terra considerava que os trabalhadores que não tivessem interesse em ser transferidos para as Juntas de Freguesia mas que, mesmo assim, o fossem por força do interesse público, não pudessem ser obrigados a abdicar dos seus lugares nos quadros de pessoal da Câmara Municipal. -----

----- O Partido da Terra propunha, dessa forma, que os trabalhadores da Câmara Municipal que viessem a ser transferidos para as Juntas de Freguesia para ali desempenharem funções o fossem a título de uma cedência temporária pelo período de um ano e sem perda de vínculo à Câmara e que, no término desse mesmo período, pudessem regressar voluntariamente, caso quisessem, à Câmara para ocupar o respetivo lugar cativo. -----

----- Só dessa forma era que, de facto “et de iure” a “plenitude dos direitos adquiridos” pelos trabalhadores em exercício de funções públicas, como referia o artigo 16º da Lei 56/2012, se poderiam considerar salvaguardados. -----

----- Os trabalhadores da Câmara Municipal nunca quiseram, nunca desejaram nem nunca pretenderam fazer parte dos quadros das Juntas de Freguesia, como agora o executivo camarário pretendia obriga-los a aceitar. -----

----- A defesa dos direitos adquiridos por cada um deles, individualmente considerados, passava, necessariamente, pelo estrito respeito da sua vontade inicial ao concorreram a concurso público ou assinaram contrato de trabalho com a Câmara Municipal e não com uma outra entidade qualquer. -----

----- O trabalhador camarário era um ser humano e como tal devia ser tratado, os seus interesses protegidos, a sua vontade tida em consideração. Tratava-se de pessoas e não de objetos que podiam ser colocados aqui ou ali consoante a vontade de quem no momento ocupasse o cargo de Presidente da Câmara. -----

----- Independentemente do facto de cada um dos trabalhadores da Câmara Municipal possuir um número mecanográfico, eles não deixavam de ser pessoas para passarem a poder ser vistos e considerados como meros números. -----

----- Terminaria afirmando perante a Assembleia que o Partido da Terra, como fora apanágio ao longo do anterior mandato, tudo faria para defender intransigentemente os interesses dos trabalhadores do município de Lisboa contra todo o tipo de injustiças e prepotências que contra eles se pretendesse infligir e que, diferentemente de algumas forças políticas na Assembleia Municipal, jamais claudicaria na defesa dos seus direitos nem sucumbiria a falsos argumentos demagógicos cujo único propósito e objetivo final era a privatização rentável, internalização ou como lhe quisessem chamar das competências municipais. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** perguntou se o Senhor Deputado Municipal António Arruda era favorável ao modelo e esgotava-o, não permitindo o contraditório e não guardando tempo para responder às questões que lhe fossem colocadas. Disse que o PS também era favorável a esse modelo, mas não era

para esgotar o tempo numa intervenção inicial e não permitindo que fossem colocadas questões.-----

----- O Senhor Deputado Municipal António Arruda falava na questão de perda de direitos dos trabalhadores, mas isso só aconteceria para aqueles que ficassem sob a alçada da Câmara de Lisboa e não transferissem juntamente com as competências para as Juntas de Freguesia. Se ficassem na Câmara de Lisboa, aí sim, ficavam sem posto de trabalho e sem direitos.-----

----- Também tinha falado de uma reforma precipitada, mas andavam a discutir a reforma administrativa da Cidade de Lisboa havia trinta anos. Sinceramente, parecia-lhe que o Senhor Deputado Municipal António Arruda não devia ter tido tempo para ler os relatórios da Primeira e da Quinta Comissão sobre essa questão, porque desde a audição de sindicatos, audição de Vereadores, à introdução de propostas, à questão dos direitos, parecia haver alguma confusão dentro do MPT relativamente à questão da Função Pública, porque um funcionário de uma Junta de Freguesia era funcionário público tanto quanto um funcionário da CML. Mais, nas propostas estava garantido o vínculo público.-----

----- Disse que o Senhor Deputado Municipal António Arruda faria um serviço à Assembleia Municipal se dissesse quais eram os direitos dos trabalhadores que encontrara e que não estavam consignados nas propostas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que o PCP tinha dúvidas sobre esse tipo de sessões e comprovariam na prática se resultaria ou não, mas era uma evidência que a Câmara não estava presente e estavam a debater uns com os outros, ficando nas posições que tinham.-----

----- Quanto ao Senhor Deputado Municipal António Arruda dizer que o PCP e outras forças políticas não tinham estado contra a proposta de reestruturação das Freguesias apresentada pela Câmara, pelo PS e pelo PSD, isso era faltar à verdade.-----

----- Disse que o Senhor Deputado Municipal António Arruda só se ouvia a si próprio na Assembleia Municipal, não ouvia as intervenções dos outros Grupos Municipais. Tinha que ter atenção, porque o PCP estivera contra desde o início e tinha apresentado propostas, por exemplo a criação da Freguesia de Telheiras e do Oriente, a repartição da Freguesia de Marvila e outras que eram grandes em duas, para melhor servir a população da cidade e estar próximo da população da cidade. O PCP tinha estado claramente contra, quer as propostas apresentadas, quer nas votações e, portanto, o Senhor Deputado Municipal António Arruda não podia dizer uma coisa dessas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** disse que os trabalhadores podiam ir para as Juntas de Freguesia, que por sua vez entendiam que não se adaptavam ao trabalho e punha-os na rua. Era um caminho para o despedimento.-----

----- Referiu que tinha assistido às comissões e inclusivamente, no debate sobre a reforma administrativa, o MPT estivera presente mas não na bancada, indo para o lugar do público por não concordar com a metodologia dessa reforma administrativa da Cidade de Lisboa e a reformulação dos serviços da Câmara.-----



----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, esclareceu que não tinha dito se o PCP votara a favor ou contra a reforma administrativa. Reconhecia que o PCP estivera contra, mas o MPT tinha-se retirado dessa discussão. Era apenas isso. Não tinha acusado o PCP, nem o poderia acusar, de ter votado a favor da reforma administrativa, porque aí estaria a mentir. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que o PCP tinha levantado uma questão relevante na Assembleia, pelo que perguntava à Senhora Presidente quem representaria a Câmara Municipal no debate. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que a questão era muito simples. No modelo de debate não estava prevista a intervenção da Câmara Municipal e era isso que tinha ficado assente em sede de Conferência de Representantes. A Câmara Municipal assistia ao debate se entendesse, poderia responder se houvesse ofensas à honra ou consideração e o partido que apoiava o Executivo daria as respostas que entendesse. Como noutros modelos de debate semelhantes, não estava presente o Executivo e eram os Deputados Municipais entre si que debatiam os assuntos da cidade. Aliás, como a Lei permitia fazer, inscrevendo em ordem de trabalhos os assuntos de interesse da cidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que queria retificar uma afirmação que fizera e que tinha a ver com a presença da Câmara. Referia-se aos eleitos na totalidade, mas saudava a presença dos Senhores Vereadores do PSD Fernando Seara e António Prôa. Também podia saudar os Senhores Vereadores do PCP, porque esses estavam sempre, mas lamentava que o Executivo não estivesse presente e a chamada de atenção era no sentido da viabilidade ou não desses debates. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra para uma declaração política, disse que muito recentemente, num programa da televisão pública, “O triunfo do espírito”, aludia-se ao colapso do império romano e ao ruir das estruturas que tornavam agradável e suportável a vida urbana e à resposta que a população na altura dera, com o abandono das cidades e o retorno massivo aos campos. -----

----- O aparente triunfo de um capitalismo selvagem, descontrolado, que depois de ter devorado as conquistas de bem estar das populações de vários países se preparava para os condenar a uma nova forma de escravatura, empurrando gradualmente os salários da maioria para os níveis da subsistência, obrigando-os ao poli emprego em condições quase sempre precárias, só para poderem honrar os compromissos assumidos. -----

----- Gradualmente a população, sobretudo a urbana, que se via repentinamente no ciclo infernal de trabalhar e dormir tomaria consciência que o preço a pagar por viver na cidade estava a atingir níveis insuportáveis. Poderiam com alguma justiça dizer que o que acabara de afirmar era um exagero e que a maioria ainda não sentia o que estava a afirmar, mas também era um facto que essa era a tendência global e que o resultado

do endeusamento da produtividade, eficiência e lucro, aliada ao aumento do desemprego estrutural, fariam com que a pressão salarial se movesse nesse sentido. ----

----- Impunham-se mecanismos adicionais de regulação de mercado que parassem essa tendência, pois o Salário Mínimo Nacional apenas assegurava que um dia desses acordavam com duas classes sociais, os que auferiam o SMN e os outros, que por qualquer que fosse a razão se mostravam indispensáveis à manutenção desse sistema iníquo. -----

----- Mais de metade dos desempregados não recebia qualquer prestação social Os mais novos respondiam abandonando a terra que os vira nascer, solução essa que seria apenas temporária, pois esse fenómeno não era específico dos países do Sul da Europa, apenas estava ai a ser iniciado, tornando-se mais visível. Quanto aos mais velhos (referia-se nesse caso aos com mais de 45 anos), segundo as últimas previsões, um número significativo, pura e simplesmente não teriam mais emprego durante o seu tempo de vida. As respostas dentro do sistema eram escassas e a tendência era colocar a cabeça na areia e deixar que as redes familiares, de amizades e de caridade pudessem tomar conta da situação.-----

----- Esse era um claro atentado à dignidade Humana e exigia respostas da cidade. ----

----- Perguntou se estariam a alucinar coletivamente, se estariam dispostos a aceitar que esse sistema absurdo e iníquo destruísse tudo o que em séculos tinha sido construído e aprendido. -----

----- Perante esse ruir das estruturas de apoio social do Estado a que estavam a assistir, forçadas pelo sistema de organização do trabalho em que estavam inseridos, pressionado pelo Capital e Finança internacionais, agindo quantas vezes de forma ilegal, espalhando corrupção e miséria, o PAN propunha à Sociedade em geral e à Cidade, uma resposta dupla. Por um lado tudo fazer para retardar, travar esse rolo compressor que tudo tentava destruir, e por outro, tentar organizar os cidadãos em estruturas de base que praticassem a circularidade do serviço e da entreaajuda. -----

----- Se todos contribuíssem com as capacidades que lhes eram próprias, ao invés de ter uma sociedade caracterizada pela escassez atual, entrariam gradualmente numa era de abundância do essencial à vida, uma vida digna, com tempo livre para refletir sobre o percurso individual e coletivo enquanto seres humanos. -----

----- No que respeitava à vertente dos animais não humanos, que estava intimamente ligada ao atrás descrito, seria fácil concluir que o consumo de animais para a alimentação era uma das grilhetas que agarrava os cidadãos a essa máquina destruidora de recursos e vidas, e que quanto mais rapidamente os cidadãos a ela renunciassem (pois era uma grilheta usada de livre vontade, com o auxílio da propaganda mediática), mais depressa se sentiriam em condições para iniciar uma nova vida. Isso acontecia porque a dependência da proteína animal tornava os cidadãos especialmente dependentes do sistema produtivo engendrado pelo atual sistema bio industrial, enquanto os cidadãos vegetarianos tinham uma autonomia adicional que inclusivamente podia quase atingir a auto suficiência, quando se fazia recurso à permacultura urbana e à partilha de recursos entre permacultores. -----

----- Os danos associados ao desperdício de recursos, energia e água, associados à produção de proteína animal, eram brutais, pois essa possuía um rendimento proteico quase numa ordem de grandeza inferior ao da proteína vegetal, o que acelerava brutalmente o consumo limitado de recursos do planeta. -----

----- As mega explorações animais mantinham custos baixos, não fazendo recurso aos produtos produzidos pelos pequenos agricultores, mas sim e de novo a mega explorações agrícolas redutoras da biodiversidade, que viviam ligadas a esse mesmo sistema destruidor, cultivando cereais, sobretudo o milho e soja transgênicos, com dosagens inqualificáveis de agroquímicos, que iriam carregar os sistemas biológicos dos animais, cuja carne e laticínios seriam comercializados sem qualquer rotulagem que indicasse que advinham de uma alimentação à base de OGM's. -----

----- Tornava-se pelo atrás descrito evidente que o consumo de animais produzidos dentro desse sistema, perpetuava uma máquina trituradora de vidas e energia (água inclusa). Era ainda de notar que segundo a FAO, em estudo de 2006, mostrava-se que a bioindústria dedicada à produção de proteína animal era responsável por 18% dos gases de efeito de estufa e existiam estudos mais recentes que apontavam para valores muito superiores, que poderiam atingir os 50%. -----

----- Quanto às questões de bem-estar animal e para os que ainda não sentiam empatia pela forma como os animais não humanos eram tratados, essa crise podia ser um abre olhos pela forma como os próprios humanos estavam a ser encarados Das mega explorações pecuárias aos *cal centers*, a tendência para tratar humanos e não humanos como coisas que produziam segundo os sagrados critérios do lucro e da produtividade eram evidente. A urgência de mudar as mentalidades que criavam ou que aceitavam essas aberrações tornava-se gradualmente evidente e o PAN tudo faria para contribuir para a sua alteração. -----

----- No que respeitava aos companheiros não humanos, que gostavam de considerar coma membros das famílias, colaboraria com todas as entidades e partidos para que se estabelecesse em Lisboa uma nova consciência quanto à forma como lidar com esses companheiros de viagem planetária, tentando sensibilizar todos para a urgência dessa tarefa. -----

----- O Grupo Municipal do PAN comprometia-se durante o presente mandato, e dentro das suas capacidades autárquicas, a elaborar propostas concretas e iniciativas, que tentaria que fossem aceites pelos vários Deputados Municipais no sentido de as tornar mais abrangentes, tendo em vista um processo de empoderamento dos cidadãos em geral e a melhoria da consciência geral da cidade no que respeitava a todas as questões referidas. -----

----- Pelo bem de tudo e de todos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** começou por cumprimentar todos os presentes, incluindo os Vereadores eleitos pelo PS, que estavam desde o início a representar a Câmara e se tinham ausentado fora momentaneamente. -----

----- Agradeceu a intervenção de fundo do Senhor Deputado Municipal Manuel Santos, que de facto fazia refletir, mas a questão que tinha para lhe colocar era se essa intervenção de fundo, enquadrada no debate autárquico, se não deveria ser elevada

para o plano nacional. Se falavam de desumanização da vida nas cidades, de pressão pela produtividade, de convite à emigração maciça, de encarecimento do custo de vida, de degradação das condições laborais, de aumento do custo com a habitação, de agravamento fiscal, de dificuldade na vida quotidiana de todos os cidadãos, isso associava-se à política do Governo da República Portuguesa, apoiado pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

----- Não era tanto à Câmara Municipal, através do Orçamento que apresentara ao exercício dos autarcas. Aí podiam-se constatar redes de apoio social, desagravamento da carga fiscal, transferência de competências para as Freguesias e precisamente para humanizar a relação do exercício do poder com os fregueses, com as pessoas. Era um exercício de responsabilização. Até no plano que o Senhor Deputado Municipal Manuel Santos falara, da preocupação com a alimentação, era incentivado o acesso às hortas biológicas. -----

----- O que perguntava ao Senhor Deputado Municipal era se as linhas que estavam desenhadas no Orçamento em vigor aprovado na Assembleia Municipal, no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Acessibilidade Pedonal, se tudo isso não seriam bons contributos para a humanização da vida nas cidades e em particular na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que seria uma questão para o grupo parlamentar do PAN, que vinha a caminho. -----

----- Enquanto Deputado Municipal, o que podia dizer era que preocupava aquilo que podia acontecer ao nível da cidade. O PAN tinha aprovado o Orçamento e, embora tivesse uma série de aspetos importantes para a humanização da cidade, faltava fazer muita coisa, que na ótica do PAN deveria ser feita por todos os cidadãos e não só pela Câmara. -----

----- Disse que o PAN trabalharia com a Câmara naquilo que fosse possível a Câmara fazer, mas também se propunha trabalhar em comunidades de base, com cidadãos sem qualquer filiação, para que os problemas fossem resolvidos independentemente das opções políticas nacionais ou camarárias. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, no uso da palavra para uma declaração política, começou por dizer que não iria fazer propriamente uma declaração política no sentido literal do termo. Queria apenas fazer algumas breves considerações no tempo que lhe era permitido usar. -----

----- Disse que entendia as declarações políticas versando a governação da cidade e, como na Assembleia anterior tinham tido a oportunidade de apreciar os primeiros meses de governação do novo Executivo da Câmara, também não tinha muito a dizer sobre isso. -----

----- De qualquer modo, tinha pensado partilhar algumas preocupações, aquilo era a sua experiência no Executivo da Freguesia do Parque das Nações, uma Freguesia nova criada no âmbito da reforma administrativa da cidade, que ainda vivia um processo de instalação e que poderia ter os seus reflexos na transferência de competências em curso. Tinha pensado falar sobre isso, na medida em que na próxima

Assembleia iriam tratar das questões relativas à transferência de competências do Município para as Freguesias. Todavia, como era natural e sem qualquer censura, o debate estava dominado pelo tema da transferência de competências. -----

----- Havia um conjunto de propostas para debater na próxima Assembleia, consubstanciadas em duas propostas formais já aprovadas em reunião de Câmara. Eram propostas que de certo modo definiam alguns princípios gerais, muitos deles decorrentes da própria Lei 56 e que eram integrados sob a forma de proposta aprovada em reunião de Vereação.-----

----- A Câmara, através do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, já na reunião da comissão da especialidade na Assembleia manifestara disponibilidade para acolher algumas sugestões e propostas que pudessem vir a ser formuladas no debate que já se estava a realizar a esse nível na Assembleia. -----

----- Naturalmente que as propostas iriam ser aprovadas, até por aquilo que indicava a votação confortável obtida em sede de reunião de Câmara. Era um conjunto de princípios que permitiriam desenvolver algum trabalho, mas ainda tinham muitas zonas de sombra que na prática teriam que ser desenvolvidas, estabelecidas e negociadas concretamente com a Câmara e nomeadamente com os Vereadores responsáveis pelas áreas onde essas competências seriam transferidas. No que respeitava à Freguesia do Parque das Nações, esse trabalho seria iniciado na próxima sexta-feira e estava convencido de haver condições para também aí se conseguirem consensos.-----

----- Aproveitava para saudar o facto de se ter chegado a um acordo tripartido com os sindicatos, para resolver em parte aquele problema que estava subjacente à Proposta 915 sobre a mobilidade de pessoal. Com esse acordo estavam criadas as condições para que a transferência de pessoal se pudesse fazer com tranquilidade e registava isso com agrado. Desde a primeira hora que podiam contar com a Freguesia do Parque das Nações e já tinha tido uma reunião com a direção do STML. Tinha sido um ponto indiscutível a aceitação do princípio das trinta e cinco horas semanais e, portanto, ainda havia muito trabalho pela frente.-----

----- Parecia-lhe positivo que se tivesse introduzido esse tema na presente sessão, permitindo também já falar um pouco sobre ele e de certo modo criar mais algumas condições para que o debate da próxima semana fosse ainda mais aprofundado. Poderia haver mais alguma informação fornecida pelas próprias Juntas de Freguesia e a sua iria fazê-lo já no dia seguinte à Câmara Municipal sobre algumas questões concretas que queria colocar à Câmara e que não se viam consagradas na Lei quando se falava nas áreas estruturantes. Lembra que, por exemplo, as galerias técnicas do Parque das Nações eram um equipamento considerado estruturante e nessa medida faria sentido a Câmara assumir essa responsabilidade. Todavia, não via isso definido na proposta 916.-----

----- Estava tranquilo quanto a esse debate que iria ser feito com os Senhores Vereadores. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** disse que era com particular prazer que saudava o Senhor Deputado Municipal José Moreno, uma vez que a

Freguesia do Parque das Nações resultava diretamente da reforma administrativa da Cidade de Lisboa, correspondendo ao anseio de alguns anos da população daquela zona. Era sempre bom quando o poder político conseguia corresponder a um anseio dos cidadãos. -----

----- Salientava a referência de que era uma Freguesia em fase de instalação. Desse ponto de vista a Assembleia Municipal tinha viabilizado um apoio à Freguesia, embora tivesse havido algumas dúvidas sobre certas áreas que não estavam ainda claras. Era com apreço que se via esse apoio a começar a ter forma e que a instalação estava a começar. -----

----- Referiu que estava em curso um debate e tinha sido discutida na Quinta Comissão a transferência de competências. O Senhor Presidente do Parque das Nações, quando instado a pronunciar-se, optara por não fazer chegar um contributo, ou pelo menos não tinha chegado e era essa questão que lhe queria colocar, porque embora concordando com a reforma e dizendo que estava a correr bem a instalação, que era positiva para a cidade, não deixara de referir que havia zonas sombra nas propostas 915 e 916.-----

----- Pediu que fosse aproveitada a oportunidade para se dizer que zonas sombra eram essas, se queria transmitir ao plenário ou se queria fazer chegar um contributo por escrito sobre essa matéria. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, disse que não tinham sido instados a pronunciar-se e daí que não o tivesse feito. De qualquer modo, teria todo o gosto em fazer chegar algumas das preocupações, que não tinham nada de dramático.-----

----- As propostas 915 e 916 eram princípios genéricos sobre a transferência, o que se compreendia porque estavam a fazer transferências para vinte e quatro Freguesias e cada uma delas tinha as suas próprias especificidades. Nessa medida, se calhar não fazia muito sentido a proposta 916 elencar e desenvolver tudo aquilo que eram responsabilidades que iriam transitar para cada uma das Freguesias. Presumia que esse trabalho iria ser feito e já tinham reunião agendada com três Vereadores responsáveis por áreas que iriam transitar transferências e onde esperava que comessem a desenvolver esse trabalho de definir em concreto o que passaria para além que estava nas propostas 915 e 916.-----

----- Por exemplo, não via lá como áreas estruturantes as galerias técnicas. Podia tratar-se de um lapso ou não, a Câmara poderia ter outro entendimento sobre isso, mas era uma matéria que deveria ser discutida.-----

----- Referiu que se tinham analisado as propostas da Câmara e estava-se a preparar um documento, até para preparar a reunião com a Câmara e que seria entregue à CML no dia seguinte. Se fosse ainda oportuno não havia qualquer problema em partilhar essas preocupações com a Assembleia Municipal. As questões que já apareciam elencadas pela Câmara até podiam ser para discutir com a Junta de Freguesia, mas ainda não sabia. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra para uma declaração política, começou por agradecer à Mesa da Assembleia

Municipal a oportunidade que era dada aos partidos e aos grupos de cidadãos independentes que estavam representados. Com a imposição legal da diminuição da grelha de tempos a que se assistira recentemente, era importante continuar a dar voz a todos os que democraticamente se encontravam eleitos.-----

----- Disse que o CDS pretendia na sua primeira intervenção, no âmbito das declarações políticas, nomear algumas das preocupações que sentia quanto a Lisboa e a primeira que salientava era a questão da atratividade de Lisboa. O CDS entendia como urgente que Lisboa se tornasse acessível e atrativa. Atrativa para os novos residentes e atrativa para o tecido empresarial. Não bastava minimizar as barreiras fiscais, era preciso criar medidas e incentivos que levassem as pessoas a optar por Lisboa na hora de escolher. Não bastava apoiar apenas as *start-up*, era preciso olhar para as PME que já estavam estabelecidas e que podiam e deviam estar em Lisboa. ---

----- O CDS queria que Lisboa crescesse e para isso era necessário trilhar o caminho certo. Cabia essa responsabilidade não só ao Executivo da Câmara, mas a todos que na Assembleia Municipal representavam os lisboetas. -----

----- Em segundo lugar gostaria de salientar a importância de matérias de cariz social. Portugal passava por momentos de grandes dificuldades e deviam localmente tentar minimizar esses efeitos. Falava, por exemplo, da importância da aplicação do Fundo Social de Freguesia e do reforço necessário ao Fundo de Emergência Social do Município. -----

----- Referiu que o CDS se congratulava que nos Orçamentos de 2014 de várias Freguesias da Cidade a proposta de Fundo Social de Freguesia, da esquerda à direita, tivesse reconhecido a importância dessa medida que certamente ajudaria centenas de famílias a ultrapassar esses momentos difíceis. Ninguém melhor do que as Juntas, o poder mais próximo da comunidade, para saber avaliar, acompanhar e apoiar quem mais precisava. -----

----- Em terceiro lugar, e esse sujeito à pressão temporal que todos conheciam, o CDS questionava a forma como a transferência de competências da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia se estava a realizar. O CDS tinha proposto nessa matéria as seguintes alterações: -----

----- Que a transferência de competências se processasse de forma gradual, suave e escalonada, para assegurar o bom funcionamento da Cidade de Lisboa; -----

----- Que numa primeira fase de seis meses a CML considerasse que todos os equipamentos culturais, sociais e desportivos, designadamente museus, bibliotecas, escolas de primeiro ciclo e pré-escolar, creches e jardins de infância, fossem de natureza estruturante para a Cidade de Lisboa e fossem realizados dessa forma gradual; -----

----- Que fosse realizada também uma avaliação do processo e que se iniciasse uma nova fase, ao fim de seis meses, com o reforço das competências transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

----- O CDS estava consciente das dificuldades que todo esse processo de transferência de competências representava para Lisboa e considerava fundamental minimizar os efeitos colaterais que essas alterações pudessem fazer surgir. -----

----- Em quarto lugar gostaria de salientar a falta de cumprimento dos compromissos assumidos no Orçamento Participativo, em que o prazo inicial era de cerca de dois anos para a sua execução. Falava, por exemplo, do campo de rãguebi municipal apresentado em dois mil e onze, ou da Praça João Bosco, apresentado em dois mil e dez. Consultando o website do Orçamento Participativo, no que se referia a essa última iniciativa, a indicação dada era apenas “lançamento de empreitada suspensa por indicação superior”. Perguntou o que queria isso dizer, qual o verdadeiro ponto de situação, qual a comunicação que era transmitida. Gostava de uma resposta sobre esse ponto. -----

----- Em quinto e último lugar queria aproveitar a intervenção para questionar sobre a recente notícia referente à dívida do Município à PSP. Gostaria de saber se esse facto era verídico e, se tal acontecia, quais os motivos que levavam à dívida de quase oitenta mil euros, em valor acumulado de julho até janeiro do corrente ano, referente aos serviços da PSP no Bairro Alto e no Intendente. -----

----- Algumas das questões deviam ser esclarecidas pelo Executivo da Câmara, mas tal não sendo possível remetia-as para o PS. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou à Senhora Deputada Municipal, uma vez que não estava prevista no modelo de debate uma resposta direta da Câmara, se poderia transformar a última pergunta em requerimento à Câmara, que faria chegar para terem uma resposta formal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, respondendo à Senhora Deputada Municipal do CDS-PP, disse que os Vereadores Jorge Máximo e Carlos Castro estavam disponíveis para ir às comissões respetivas, para tirar todas as dúvidas que ainda pudesse haver. -----

----- Disse que das coisas mais engraçadas nas sessões da Assembleia Municipal era quando se ouviam os Deputados Municipais da direita falar, tal era o dualismo entre o discurso da governação do País e o discurso na Assembleia Municipal sobre o que devia ser a governação da cidade. Entravam constantemente em colisão essas duas ideias, porque quem os ouvia falar lá fora não percebia como conseguiam falar dessa forma dentro da cidade. -----

----- Podia-se ver que a CML nos últimos anos se tinha pautado por medidas exemplares em termos de ação social: O Fundo de Emergência Social, o Programa “SÓS”, a renda apoiada, a redução de múltiplos impostos para as pessoas e para as empresas. Felizmente que na Cidade de Lisboa as pessoas tinham sentido menos os efeitos nefastos que a governação do País tinha para a generalidade dos habitantes. -----

----- Relativamente ao Orçamento Participativo, e notava que em matéria de procedimentos participativos não se tinha falado nos BIP-ZIP, era claro que essas situações podiam sempre ser melhores, mas também nesse campo, Lisboa tinha sido nos últimos anos um exemplo múltiplas vezes premiado em termos de inovação e de fomento da participação dos cidadãos nessa tipo de instrumentos. Aliás, quanto a isso, convidava a Senhora Deputada Municipal do CDS-PP a ir ao site do Orçamento Participativo e ao site do BIP-ZIP, onde encontrava todas as estatísticas e a forma



como fora progredindo o número de participação, quer dos cidadãos individualmente considerados, quer das associações que concorreram aos BIP-ZIP.-----

----- Deixava um pequeno apelo à reflexão. Sabia que o congresso já tinha acabado, mas que eventualmente pudessem dentro do CDS tentar acertar agulhas para que o discurso fosse igual no País e na Cidade de Lisboa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** perguntou à Senhora Deputada Municipal do CDS-PP qual era o impacto da Lei das Rendas para optar viver em Lisboa, ou como via o crescimento da Cidade de Lisboa, a melhoria das condições de vida na cidade e o modo como as políticas governamentais vinham provocando o empobrecimento e o desemprego na cidade, que, ao contrário do que dissera o Senhor Deputado Municipal do PS, era dos mais graves dentro da média nacional, pelo menos no desemprego.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, quanto à referida diferença de discurso entre Governo e CML, disse que não via uma diferença porque aquilo que falavam era de medidas concretas para Lisboa. Existia uma certa hierarquia de políticas e o que o CDS tentava era encontrar soluções. As políticas que atualmente eram aplicadas ao nível do Governo não estavam a ser aplicadas do ar, estavam a ser aplicadas porque havia um motivo e uma obrigatoriedade para tal. Os compromissos assumidos tinham que ser cumpridos, no caso assinados pelos três partidos, e era com isso que tinham que contar.-----

----- O que lhe interessava em Lisboa era que todos assumissem a responsabilidade de encontrar soluções para os lisboetas era disso que se tratava. Não era de atribuir culpas a ninguém, mas sim de encontrar soluções acima de tudo.-----

----- Quanto ao Orçamento Participativo, a questão que tinha colocado era muito concreta e muito objetiva, porque precisamente tinha ido ao website e inclusivamente citara a resposta sobre aquele projeto do Orçamento Participativo. A resposta não era conclusiva e daí ter colocado a sua questão, não era concreta e deveria ser, tanto para os cidadãos, como para qualquer um dos eleitos que deveriam ter acesso a essa informação.-----

----- Sobre a Lei do Arrendamento, era uma medida que já havia muitos anos que tinha de ser tomada. A resposta que tinham de dar era encontrar soluções à progressão, não se podia manter coisas que estavam erradas sem procurar soluções. À medida que as coisas se fossem alterando, tinha que se adaptar àquilo que era a realidade.-----

----- Em Lisboa havia uma série de casas devolutas e de edifícios abandonados e todas essas coisas tinham que ser olhadas com muita atenção e tinham que ser tratadas. Inclusive havia muita população jovem que gostava de morar em Lisboa e não conseguia. Era para isso que Lisboa tinha de olhar, era tornar-se atrativa para todos. ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra para uma declaração política, disse que estavam a iniciar um novo formato de sessões da Assembleia Municipal, de declarações políticas, com as quais os Deputados Municipais Independentes se congratulavam e consideravam do maior interesse pela

troca de ideias e argumentos e, esperava-se, propostas de soluções que pudessem vir a proporcionar. -----

----- O tema da primeira declaração política seria dedicada ao processo em curso de descentralização de meios e competências para as novas Freguesias de Lisboa Era um tema escolhido com intenção clara de anteceder o debate na especialidade que seria feito na próxima sessão da Assembleia Municipal, relativamente às propostas 915 e 916, relativas respetivamente ao elenco das missões de interesse geral e comum a toda a cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a execução daquelas missões, que deviam continuar competências da Câmara e por isso não eram objeto de descentralização, e à definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanhavam a atribuição das novas competências às Freguesias. -----

----- Como já fora referido na intervenção feita na última sessão da Assembleia Municipal, dedicada à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, os Deputados Municipais concordavam com o processo de descentralização que tornasse as Freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e mais participado. Sabia-se que era uma das mais profundas mudanças administrativas que a Cidade Lisboa tinha sofrido e por isso reforçava que devia ser um processo conduzido com o envolvimento de todos, munícipes, trabalhadores da Câmara e suas organizações representativas, Presidentes das Juntas de Freguesia e Deputados Municipais. -----

----- Acreditava que a informação e a participação nos processos era a chave para uma implementação sem equívocos e o mais consensual possível, indo de encontro às expectativas de todos e contribuindo para a melhoria dos serviços prestados aos munícipes. Assim, a principal reserva nesse processo de transferência de competências e meios para as novas vinte e quatro Freguesias de Lisboa estava a ser, como já se apontara em plenário e em sede de Primeira e Quinta Comissão, a excessiva celeridade com que estava a ser conduzida e a conseqüente falta de circulação de informação que estava a gerar. Não gostaria que tal pusesse em perigo o processo em si, que achava da maior importância para a Cidade de Lisboa. -----

----- Após audições e debates vários em sede das comissões, continuava a sentir-se falta de informação atempada sobre dados essenciais, condições de transferência do pessoal e dos equipamentos, falta de envolvimento das Freguesias na definição de objetivos e prioridades dessa reforma, falta de definição no que se referia aos equipamentos e espaços que passariam para a gestão das Freguesias. Até ao momento a única informação disponível era apenas o que não passava no processo, os espaços estruturantes que constituíam precisamente a exceção à regra. Havia ainda um insuficiente envolvimento dos funcionários da Câmara e oportunidade de se pronunciarem sobre a sua situação. -----

----- Isso levava inclusivamente a pôr em dúvida se o processo de transferência de competências devia ser efetuado de uma só vez e se não deveria antes ter um ritmo compatível com a capacidade da Câmara em conseguir envolver todos os parceiros, ou da capacidade de envolvimento das próprias Freguesias relativamente a esse processo e se não se devia encarar a possibilidade de começar por transferir os

serviços que não levantassem problemas de continuidade operacional, que exigiam apenas uma supervisão das Juntas de Freguesia.-----

----- Qualquer que fosse a opção, a CML, através dos seus serviços técnicos, não se devia eximir a prestar todo o apoio técnico e administrativo ao processo de transferência de competências, o que podia significar o estabelecimento de protocolos de cooperação com as Juntas de Freguesia que o desejassem para haver algum acompanhamento técnico e de gestão nos primeiros meses de exercício das novas competências.-----

----- Via-se também que com a reforma administrativa se levantavam oportunidades de melhoria do serviço público, concretamente a possibilidade de partilhar, criar, construir, gerir e manter serviços e equipamentos da Cidade de Lisboa entre Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, como escolas, parques infantis ou mercados, ou exponencialmente polos agregadores de bairro do ponto de vista intergeracional e de coesão territorial, ainda que continuasse a falta de alguma informação concreta. -----

----- Continuava a apontar o caso das bibliotecas municipais de Lisboa que, ao que parecia, continuariam a integrar a rede municipal de bibliotecas, mas cuja falta de informação dera azo a que entrasse entretanto uma petição na Assembleia Municipal com cerca de oitocentos subscritores, pedindo a não desintegração dessa rede municipal. Pedia à Câmara e concretamente à Vereadora da Cultura que em ocasião futura esclarecesse esse equívoco na Assembleia Municipal e que assegurasse que não seria posta em causa esse importante recurso cultural da Cidade de Lisboa. -----

----- Muitas questões tinham sido e ainda seriam colocadas pela Assembleia Municipal. Se não sabiam a resposta a elas, sabia-se que era o ponto de encontro político institucional entre todos os agentes, munícipes, trabalhadores da Câmara, Presidentes das Juntas de Freguesia, Deputados Municipais e Vereação, onde tudo deveria ser esclarecido e o acordo entre todos estabelecido. Nesse sentido tinha uma proposta concreta, que sabia inclusivamente estar a ser ponderada por outras forças políticas e que gostaria desde já avançar, demonstrando a disponibilidade. Tratava-se de transformar as conclusões constantes nos pareceres das Primeira e Quinta Comissão em recomendação à Câmara Municipal, ao abrigo do número 10 do artigo 42 do Regimento, aprovando na próxima reunião de vinte e um de janeiro em conjunto com as propostas 915 e 916, com vista a dar-lhe força e capacidade operacional.-----

----- Aproveitava para relembrar alguns dos pontos estruturantes dos pareceres em causa: -----

----- A Câmara Municipal deveria acelerar o processo de diálogo e concertação com as vinte e quatro Freguesias da cidade; -----

----- Deveria coordenar com as Freguesias uma apropriada dotação de espaços físicos necessários a um adequado exercício das competências a transferir; -----

----- Deveria elaborar um guião de transferência de competências, com os procedimentos que as Juntas de Freguesia deveriam adotar e a respetiva fundamentação jurídica para cada passo;-----

----- Deveria preparar os autos de transferência, complementados pelo levantamento dos atuais custos e receitas referentes a cada competência e equipamento a transferir; --

----- Deveria pugnar pela celebração de um acordo tripartido a celebrar entre a Câmara, as Freguesias e os Sindicatos, que salvaguardasse os direitos adquiridos dos trabalhadores do Município e das Freguesias, assim como da sua progressiva igualdade; -----

----- A Câmara devia proceder a uma minuciosa explicitação dos critérios que presidiam à alocação de pessoal e de recursos financeiros que acompanhavam as competências, de acordo com as reais capacidades das Juntas de Freguesia e nos termos definidos; -----

----- Deveria elaborar um manual para o munícipe relativo a essa mudança, procedendo posteriormente à sua adequada divulgação, assim como deveria consagrar-se a apresentação mensal por parte da CML à Primeira e Quinta Comissão de um balanço escrito durante o ano 2014, passando a trimestral a partir de 2015 e semestral a partir de 2016. -----

----- Sabia-se que a Câmara Municipal se comprometera com a Assembleia Municipal a ponderar o aperfeiçoamento transversal das propostas 915/2013 e 916/2013 à luz das sugestões das comissões da Assembleia, pelo que se pedia que fosse tomada em conta esse e outros pontos constantes dos pareceres entretanto emitidos, que reformulasse as propostas e que as levasse novamente a reunião de Câmara com as alterações recomendadas. -----

----- Se reiterava esse pedido, apesar do compromisso político e público já assumido, era porque havia conhecimento de ter dado entrada na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara um ponto relativamente à reformulação da proposta 915/2013, com a qual se congratulava e que demonstrava a abertura da Câmara em melhorar a proposta. Porém, não havia conhecimento que tal tivesse acontecido relativamente à proposta 916/2013, o que preocupava, até porque duas questões centrais dos pareceres eram precisamente a recomendação para a celebração de um acordo tripartido entre a Câmara, as Freguesias e os Sindicatos e a recomendação para explicitação dos critérios que presidiam à alocação de pessoal e de recursos financeiros que acompanhavam essas competências. -----

----- Assim sendo, gostaria de entregar à Mesa da Assembleia Municipal um pedido de alteração à proposta 916/2013, para que esse fosse entregue à Câmara Municipal, afim que essa agendasse a reformulação da mesma em próxima reunião de Câmara relativa à alteração de dois pontos da proposta, com o intuito de a incluir nas duas recomendações referidas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** disse que o PS tinha estado sempre disponível ao longo do processo de debate na Primeira e na Quinta Comissão, como toda a gente poderia testemunhar, para discutir e acolher as diferentes sugestões dos vários partidos e em particular das Juntas de Freguesia, as que tinham maior conhecimento de causa. -----

----- Tinha-se estado também numa missão de fundo bem acolhida para sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores do PS para a importância de se acompanhar de perto essa reforma e de se acolher algumas propostas.-----

----- Poderia eventualmente ter havido mais informação, mas as soluções que se vinham encontrando, muito à conta das discussões com os partidos nas comissões e com a inclusão dos Presidentes de Junta, levavam por exemplo o PS a apoiar a recomendação do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça, para se inserir o acordo tripartido na proposta 916/2013.-----

----- Tinha-se falado sobre a questão das bibliotecas, uma questão relevante e fundamental para a cidade, em virtude da petição pela desintegração a rede municipal de bibliotecas de Lisboa, que tinha sido entregue em dezembro à Assembleia Municipal. Sabia que a Sétima Comissão, em colaboração com a Senhora Presidente da Assembleia, estava por dentro do assunto e iria começar a trabalhar nessa questão. Era um tema também elencado pela Senhora Presidente da Comissão como preferencial de debate para 2014.-----

----- Acreditava que as condições de trabalho e a manutenção da rede de bibliotecas, que era muito mais do que uma rede física, era um conjunto de serviços disponibilizados aos cidadãos e um modo de funcionamento integrado, iria prosseguir independentemente da passagem ou não das oito bibliotecas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Perguntou se os Deputados Municipais Independentes iriam, como os do PS tinham feito como companheiros de percurso ao longo dos últimos anos, ajudar a sensibilizar os Vereadores do Movimento “Cidadãos Por Lisboa” integrados nas listas do PS. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** disse que a resposta do PS ao Deputado Municipal Miguel Graça lhe tinha suscitado, nomeadamente em relação ao requerimento final, no sentido de transformar as conclusões dos dois relatórios num requerimento à Câmara, suscitara-lhe uma questão que se tinha passado na Primeira Comissão e que tinha a ver com o parecer. -----

----- Tinha feito duas propostas, visto que o Senhor Presidente manifestara a sua abertura no sentido de ouvir todas as propostas que fossem aparecendo e no sentido de considerar na próxima reunião de Câmara, antes de se discutir no próximo dia vinte e um essa matéria. A proposta tinha a ver com a segurança do vínculo dos trabalhadores à CML e que a transferência para as Juntas fosse feita em termos de mobilidade interna.-----

----- Outro ponto dizia respeito a que essa segurança no emprego visava que esses trabalhadores não pudessem ser incluídos na mobilidade especial. -----

----- Acontecera que, depois de uma grande discussão havida na comissão, esses dois pontos tinham sido colocados nos considerandos, considerando-se que o parecer era um todo e que o próprio parecer se transformara em conclusões. Se fosse assim, como temia e tinha dito na própria comissão, normalmente a Vereação ia ler as conclusões e não leria os considerandos feitos, ou o parecer no seu global. Significava que as duas propostas que fizera não seriam analisadas na Câmara Municipal. -----

----- A questão que colocava ao Senhor Deputado Municipal Miguel Graça era se não achava importante incluir todas as propostas apresentadas em sede de comissão, para que a Vereação considerasse todas essas propostas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** começou por se congratular com o trabalho de todas as forças políticas em sede de Primeira e Quinta Comissão, que de facto era um trabalho bastante importante e o contributo permitiria dar à Câmara um retrato fiel da reflexão da Assembleia Municipal.-----

----- Também se congratulava com o facto do PS estar de acordo com a inclusão do acordo tripartido na Proposta 916. Como era natural, seriam sensibilizados os Vereadores no Executivo para essa questão, não só relativamente aos pareceres das comissões que tinha intenção de transformar em recomendação e desde já fazia essa abertura a todas as forças políticas que se quisessem juntar a essa recomendação.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Municipal José Casimiro, disse saber, através de um Membro que tinha estado presente na comissão, que de facto se fizeram essas propostas e foram colocadas nos considerandos em vez de serem colocadas nas conclusões.-----

----- Achava importante sempre incluir todos os contributos de todas as forças políticas nos pareceres e nas conclusões e não se opunha a que fossem incluídos. No entanto, pelo que sabia, o voto do BE tinha sido contra o parecer e gostava de ver essa questão esclarecida, porque se fosse contra o parecer havia um conflito relativamente a essa questão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** solicitou à Senhora Presidente, como autor do parecer, que distribuísse aos Senhores Deputados Municipais a ata da comissão, que iria certamente dizer que as propostas do BE tinham sido aceites no parecer, entendidas como considerandos da proposta e que o BE, mesmo com as suas propostas incluídas no parecer, tinha votado contra.-----

----- A ata devia ser distribuída por todos os Senhores Deputados Municipais assim que estivesse pronta, para que a Assembleia ficasse esclarecida do que efetivamente se tinha passado na reunião da Comissão de Finanças.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que ainda não dispunham da ata, só tinham o parecer, mas assim que a ata estivesse disponível seria acessível a todos os Senhores Deputados Municipais.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** disse que se tinha esquecido de falar num aspeto, porque tinha colocado uma dúvida jurídica relativa ao acordo tripartido, que remetia para dois ou três objetos muito precisos. Tinha dúvidas que uma abrangência dessa natureza tivesse força em termos de acordo.-----

----- **A Senhora Presidente** informou que o Regimento no seu artigo quarenta e dois, número dez, dizia que “Os Deputados Municipais podem apresentar recomendações relativas a propostas ou outras matérias agendadas aquando da sua discussão”. Não tinham agendadas as matérias das propostas 915 e 916, que só seriam agendadas no dia vinte e um, mas os Senhores Deputados Municipais poderiam fazer uso dessa disposição regimental.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra para uma declaração política, começou por lamentar a presença minimalista e intermitente do Executivo na Assembleia. Sabia-se que não tinham direito à palavra, mas tinham direito e obrigação de ouvir.-----

----- Disse que o BE tinha votado contra o relatório porque os dois pontos sugeridos eram para conclusões e não foram aceites, tendo passado a considerandos e sem a mesma validade que as conclusões. Era essa a razão do voto contra do BE. -----

----- Entrando na declaração política, disse que no passado fim de semana um dos partidos da coligação do Governo tinha realizado a sua reunião magna. Reunidos em Aveiro, o discurso dominante fora de celebração e triunfalismo. Tinha estado presente o Primeiro-Ministro, que aplaudira de pé. Preparassem o fogo-de-artifício, a austeridade afinal valia a pena e a troika ia-se, que trouxessem o champanhe.-----

----- Esse era o mote do PSD e do CDS para os próximos quatro meses. Dezassete de maio seria o dia da libertação e, tal como Miguel de Vasconcelos, também a troika seria defenestrada, mas infelizmente a realidade era cruel. Infelizmente havia um outro País fora do pavilhão multiusos de Oliveira do Bairro e o discurso simplesmente não colava com a realidade. -----

----- O número total de desempregados no País chegava a um milhão e meio, pobres eram um milhão e oitocentos mil. Nos últimos dois anos, duzentos e vinte mil jovens e menos jovens tinham abandonado o País à procura de uma vida melhor. Mais de metade dos desempregados não tinham qualquer apoio.-----

----- A austeridade libertava, corte nos salários e reformas, redução de dois por cento nos funcionários públicos, aumento do horário semanal para quarenta horas, cortes nas pensões de sobrevivência, aumento da idade da reforma para sessenta e seis anos. A austeridade compensava.-----

----- Num empréstimo de setenta e oito mil milhões de euros, trinta e quatro mil milhões eram juros. A dívida pública tinha disparado para cento e vinte e sete por cento. O défice no final de 2013 deveria ser de três por cento e chegava aos cinco e meio, com o desemprego acima dos dezasseis por cento. -----

----- Na coligação do relógio desacertado reinava a festa. Traziam o champanhe, mandavam fora a troika e assinava-se o plano cauteloso. -----

----- Em Lisboa bem se sabia que não era essa a realidade. Os lisboetas sabiam que os seus rendimentos tinham diminuído brutalmente nos últimos anos, que os seus salários e as suas pensões tinham sido cortadas, que os transportes estavam mais caros, que podiam perder a casa para o banco ou para o senhorio, que lhes encerravam as urgências hospitalares e as consultas eram mais caras. -----

----- Quando se discutiam propostas para Lisboa, deviam ter em atenção que se estavam a discutir propostas nesse contexto em concreto.-----

----- Tinham em mãos a proposta de descentralização associada à reforma administrativa. Durante essa discussão o BE apresentara uma proposta própria de reforma administrativa para a cidade, baseada no princípio de descentralização que convergia em maior proximidade, maior participação e mais cidadania. Era uma proposta feita com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. -----

----- A descentralização de meios e competências propostas pelo Executivo tinha sido implementada de forma inversa. Em junho do ano anterior o Presidente António Costa reunia-se com os sindicatos e garantia que nenhuma medida avançava sem uma consulta e discussão prévia com os trabalhadores do Município. Em troca os sindicatos suspenderam a greve prevista para o período das Festas de Lisboa. Passado o momento eleitoral e garantida a eleição, o Executivo reiniciava o processo de descentralização sem garantir uma discussão aberta com os sindicatos. -----

----- O desfecho natural tinha sido a convocatória de greve que durara doze dias e que atravessara o Natal e o fim de ano. O BE saudava por isso os trabalhadores do Município de Lisboa, que vinham defendendo estoicamente os seus direitos, mas também e sobretudo o serviço público prestado à cidade. -----

----- Na última sessão da Assembleia Municipal o BE tinha interpelado o Executivo sobre a proposta de descentralização. Registava que a luta dos trabalhadores nesse processo não era uma desconfiança infundada, mas sim uma legítima ação pela defesa dos seus direitos. -----

----- A Transferência dos trabalhadores da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia envolvia uma alteração de vínculo contratual de elevada complexidade. Um dos problemas fundamentais prendia-se com a eventualidade do posto de trabalho na Freguesia ser eliminado, por exemplo por recurso a serviços privados. -----

----- Perante essas dúvidas colocadas pelo BE sobre a cativação do mapa de pessoal, o Presidente António Costa tinha-se indignado e respondido que estavam assegurados esses postos de trabalho durante toda a vida do trabalhador. O Presidente da CML garantia que durante os próximos trinta ou quarenta anos os mapas de pessoal manteriam cativos todos os postos de trabalho que transitavam para as Juntas de Freguesia. -----

----- A dúvida que se colocava relacionava-se com a dotação orçamental que anualmente teria que ser garantida para que essa cativação fosse válida. Bem se sabia que em tempos de austeridade e de reorçamentação com despesas de pessoal, essa garantia era fantasiosa e inexistente. -----

----- Por essa razão os trabalhadores defendiam que os seus vínculos se deviam manter na Câmara Municipal, não obstante desempenharem tarefas de forma descentralizada nas Juntas de Freguesia. Era essa a sua proposta e o BE também a subscrevia, mas a luta dos trabalhadores não se extinguia na defesa dos seus direitos e ia mais além, estendendo-se à garantia de qualidade do serviço público prestado pela CML. Mercados, bibliotecas, limpeza urbana, equipamentos desportivos, todos esses serviços eram um alvo apetecível para os privados, não estando garantido o serviço público. -----

----- Também aí as preocupações dos trabalhadores não eram infundadas. Aliás, vira-se nalgumas intervenções que parte dos elementos da Assembleia Municipal, que por sua vez estavam representados no Executivo, também tinham dúvidas, anseios e receios sobre esse processo. -----

----- O BE olhava para o primeiro mandato do Presidente António Costa e estava muito preocupado com o segundo. As dúvidas eram imensas, designadamente qual o



posicionamento da CML, uma das principais acionistas da Valorsul, relativamente à privatização da EGF, se iria a CML alargar a lógica de concessão privada de recolha de resíduos implementada no Parque das Nações ao resto da cidade, ou se manteria a intenção de entregar à EPAL a rede de saneamento em baixa que servia a cidade, se voltaria a insistir com essa proposta.-----

----- Perguntou se seguiriam os planos de concessão a privados dos equipamentos desportivos da cidade e se aplicaríamos o mesmo modelo de privatização na exploração das piscinas dos Olivais, Areiro e Campo Grande às piscinas da Penha de França.-----

----- Perante esse quadro estratégico de recurso a privados para substituição do serviço público, a preocupação dos trabalhadores era não só legítima, como necessária.-----

----- Subsistia igualmente a dúvida sobre o método de cálculo dos recursos financeiros atribuídos a cada uma das Juntas de Freguesia. Lera atentamente a Lei 56/2013 e constatava que, por exemplo, Santo António teria direito a 2.444.473,03 euros, o Beato teria direito a 1.220.013,58 euros. Era tudo calculado ao cêntimo, mas sem uma justificação relacionada com a população, a área, o edificado, os equipamentos, ou o quadro de pessoal. Rigor ao cêntimo mas sem critério.-----

----- O BE tinha algumas dúvidas quanto à forma de cálculo e sabia igualmente serem os quadros de pessoal a despesa dominante dos orçamentos de Freguesia, embora a atribuição de recursos que falara, calculada ao cêntimo, tivesse sido realizada sem se saber quantos trabalhadores e de que categorias transitariam para a Freguesia. Dessa forma percebia-se a fragilidade das garantias asseguradas pela proposta de descentralização de meios e competências.-----

----- Concluiu dizendo que o tempo que se atravessava não estava para experimentalismos. Uma reforma com essa importância para a Cidade de Lisboa não podia ser feita contra os trabalhadores que a faziam todos os dias. Acelerar em Lisboa o processo de empobrecimento que o País atravessava não era com certeza o caminho adequado e a reforma tinha que ser o caminho oposto. O Município de Lisboa não podia mimetizar os processos de precarização laboral preconizados pelo Governo, nem insistir com a concessão a privados de serviços municipais. Tinha que caminhar no sentido de garantir e alargar os direitos dos trabalhadores do Município e ao mesmo tempo garantir e melhorar o serviço público prestado aos lisboetas.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, disse que o PS estava de acordo em algumas das matérias na intervenção do Deputado Municipal Ricardo Robles, mas noutras nem por isso. A apreciação que fazia inicialmente sobre o estado da arte da governação CDS-PP/PSD também preocupava o PS, com o défice sempre a mudar e as metas sempre a serem alteradas, a dívida pública sempre a aumentar, o desemprego cada vez maior, a emigração cada vez maior. Iam cada vez mais ao bolso dos portugueses, aumentando a água, a luz, os transportes, mas cortando nos salários e nas pensões. Nessa matéria estavam de acordo.-----

----- Indo àquilo que os dividia e com que não podia concordar, referiu que o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles dizia olhar com preocupação para o segundo mandato do Doutor António Costa. Relembrou que estavam no terceiro e o segundo

mandato tinha sido bem avaliado pelos portugueses, o que não acontecia em relação ao BE.-----

----- Quanto às propostas 915 e 916, a forma de se chegar àqueles montantes tinha sido discutida e aprovada na Assembleia Municipal. As verbas que transitavam para as Juntas eram a soma dos FFF, dos protocolos de delegação de competências e da avaliação que tinha sido feita do custo que essas competências tinham para a Câmara. Ainda teriam que fazer uma boa apreciação dessas verbas e o que a Vereação da Câmara vinha dizendo era que esses valores iriam ser adaptados às competências e que nenhuma Junta de Freguesia seria prejudicada por isso.-----

----- Em relação aos trabalhadores da Câmara e à garantia do serviço público, não acreditava que as Juntas de Freguesia não pudessem garantir um bom serviço público e que fizessem uma péssima avaliação do trabalho das Juntas de Freguesia. Não acreditava e isso dividia-os profundamente.-----

----- Em relação ao vínculo dos trabalhadores, gostava de saber como era que o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles conseguia garantir que os trabalhadores ficavam defendidos ficando na Câmara, quando as competências já não estavam na Câmara.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (PS)** disse que independentemente das posições políticas que cada um tivera na altura da discussão sobre a reforma administrativa da cidade, essa discussão fora votada e encerrada e permitia-se concordar com a Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, tinha sido de alguma forma sancionada politicamente nas últimas eleições.-----

----- A questão que colocava era para saber se o BE estava ou não disponível para trabalhar no sentido que a reforma administrativa fosse de facto um sucesso ou se, pelo contrário, continuaria a remeter-se numa posição de crítica pura e simples porque não estava de acordo com o princípio. Era o chamado “voto de carambola”, que todos bem conheciam no Executivo. Votava contra o início e a partir daí já não votava em mais lado nenhum.-----

----- Essa era a questão política de fundo que estava em cima da mesa. Já todos tinham percebido que havia campo de manobra para se poder melhorar e avançar, mas não valia a pena estarem-se a refugiar em argumentos que sabiam legalmente não serem possíveis de concretizar, ou pura e simplesmente levantar obstáculos para que a reforma não pudesse vir a ver o seu fruto.-----

----- Recordou que tinha sido uma das bandeiras do programa eleitoral de 1989, que juntara toda a esquerda para a Câmara de Lisboa. Já era altura de a porem em prática. -

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** disse que o BE estava disponível para fazer todas as propostas e encontrar todas as convergências que melhorassem a cidade e, aliás, tinha sido essa a prática na discussão da reforma administrativa. O BE era um dos partidos que tinha uma proposta completa e bem definida sobre o que seria a reforma administrativa para Lisboa, tinha-a proposto e tinha sido vencida, mas queria continuar esse debate e essa forma prepositiva de estar. Naturalmente que gostaria de ver as suas propostas bem recebidas, ou pelo menos recebidas de alguma forma.-----

----- Na Comissão, como dissera o Deputado Municipal José Casimiro, o BE tinha feito algumas propostas e simplesmente elas tinham sido eliminadas das conclusões, passando aos considerandos. Essa não era uma forma de abertura para o diálogo e para um processo construtivo. Era um processo que se construía de ambos os lados e o lado que estava no poder, com uma maioria que lhe permitia exercer esse poder, devia estar recetivo a essas propostas. -----

----- Quanto aos resultados eleitorais, recordava à Senhora Deputada Municipal Inês Drummond que o BE tinha aumentado a sua representação na Assembleia Municipal e, portanto, não via o fundamento desse comentário.-----

----- Relativamente às competências, também em Comissão a representação do PS usara esse argumento, de que os trabalhadores não podiam ficar na Câmara porque, existindo a extinção do seu posto de trabalho, o seu próprio vínculo desaparecia. No entanto, lembrava que esse argumento também servia para a passagem do vínculo para as Juntas de Freguesia e a cativação do seu posto de trabalho na Câmara Municipal. Se passava o vínculo para a Junta de Freguesia e havia uma cativação na Câmara Municipal, a extinção do posto de trabalho na Câmara Municipal também existia e quando quisesse regressar à Câmara Municipal, esse regresso não podia ser feito porque o seu posto de trabalho deixara de existir e estava na Junta de Freguesia.--

----- Disse que as dúvidas do BE permaneciam. O BE estava muito disponível, mas teriam que ser mais assertivos nas respostas porque de facto os direitos dos trabalhadores não estavam absolutamente salvaguardados com a proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra para uma declaração política intitulada “Em defesa do povo de Lisboa”, disse que em cada dia que passava Portugal e os portugueses estavam mais pobres. Em Lisboa nada era diferente, antes pelo contrário, maiores eram os sinais de retrocesso social e humanitário. O desemprego atingia na cidade valores dramáticos e os rendimentos do trabalho continuavam a descer devido aos roubos nos salários em geral e em particular na função pública. As reformas e pensões na cidade envelhecida sofreram e iriam continuar a ser alvo de roubos descarados e inconstitucionais. As prestações sociais públicas nunca tinham sido tão vilipendiadas. Na saúde, na educação e na segurança social a perda de direitos e a redução de oferta de serviços era catastrófica. Na Cidade de Lisboa todas as políticas negativas das troikas, nacional e internacional, tinham efeitos agravados como no caso da Lei das Rendas, do negócio dos transportes públicos, da eletricidade e de outros bens públicos de uso dominante na cidade.-----

----- Esses eram os traços negativos mais flagrantes, resultado da ação do governo PSD-CDS e do programa que estavam a aplicar ao País e a Lisboa. Tratava-se de um autêntico pacto de agressão ao povo de Lisboa e ao País. Cynicamente e de forma sistemática tentavam manipular a informação publicada e vista, que dominavam, apontando como positivos indicadores de classe a favor do capital quando tudo o que dizia respeito ao povo piorava. Diziam que tudo ia bem para os mercados, para o capital financeiro nacional e internacional, para os lucros, dividendos e rendas dos grandes consórcios, logo, todos os que iam empobrecendo deviam ficar contentes. A tomada de consciência da exploração a que estavam sujeitos era inevitável e mais

cedo que tarde seria dada pelo povo a devida resposta a esse sistema político injusto, desigual e desumano. -----

----- O governo da cidade, a exemplo do governo nacional, nada fazia de relevante nos últimos anos, nem parecia inclinado a fazer, no início de novo mandato, algo efetivo para travar o declínio da base produtiva de Lisboa, fonte de emprego e de criação de riqueza. -----

----- Tinham-se agravado as dificuldades do comércio, dos micros e pequenos empresários, dos serviços e mercados de proximidade. Agravaram-se os problemas da habitação um pouco por toda a cidade e em particular nos bairros populares e nos municipais. Abria-se ainda mais a porta à especulação imobiliária e entregara-se a interesses particulares o desenvolvimento da cidade. -----

----- A câmara municipal de maioria do PS tinha em curso um ataque nunca visto aos interesses da cidade e ao seu património histórico construído e cultural, com as operações de loteamento da Colina de Santana e nomeadamente dos espaços dos atuais hospitais Miguel Bombarda, São José, Santo António dos Capuchos e Santa Marta. Era caso para reafirmar que a Colina de Santana resistira ao grande terramoto de 1755, aos urbanizadores da cidade que se seguiram, também iria resistir ao Arquitecto Salgado e ao PS. -----

----- Mais um atentado aos interesses da cidade era o acordo, anunciado por António Costa, com a Bragaparkes. Num negócio que até agora todas as decisões dos tribunais consideravam ilegal e lesivo do interesse público, a Bragaparkes podia vir a embolsar largas dezenas de milhões de euros à custa do erário público, pela mão da maioria PS na Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Insistia-se em retirar o emprego e os serviços públicos das zonas chave da cidade. Continuava a descaracterizar-se o espaço público. Lisboa era vítima de todos os atropelos e malfeitorias dos serviços centrais e do Governo, com a complacência e não raras vezes com a conivência do governo da cidade do PS e de António Costa. -----

----- Perante o agravar das condições de habitabilidade da cidade e o agravamento das desigualdades e injustiças entre os povos de Lisboa seria de esperar de um governo fiel à cidade e com mandato bastante para tal que assumisse com frontalidade uma política de defesa dos interesses dos lisboetas. Mas o que se via era: -----

----- No primeiro trimestre de governo do PS fora posta em prática uma metodologia de ação que atropelava todos os tempos adequados à discussão e reflexão. Era tudo a correr e a mata cavalos. As propostas novas nem sempre eram rigorosas ou traduziam estudo aprofundado dos problemas e das soluções. O que era preciso era aprovar e não importava tanto o quê e como. O exemplo mais paradigmático era a transferência de competências para as Freguesias. Partindo de uma agregação voluntarista de Freguesias da cidade, sem demonstração científica de vantagens ou de eficiência, passavam à desagregação dos serviços camarários com a distribuição em fatias pelas Freguesias e total atropelo aos direitos dos trabalhadores. -----

----- Num primeiro embate as resistências várias e em particular dos trabalhadores municipais obrigaram à temporização parcial da aplicação das medidas mal alinhavadas, tendo sido chamada a dar o seu contributo a Assembleia Municipal

previamente acomodada com uma revisão, antes de o ser, do Regimento que permitia informalizar as regras e assim responder às exigências do governo da cidade do PS. ---

----- Nesse processo criativo do funcionamento da Assembleia Municipal estavam numa sessão sobre declarações políticas que em parte pretendia justificar a limitação do tempo no PAOD. Perguntou de que serviria uma sessão desse tipo e de outro se as moções, requerimentos ou questões colocadas ao governo da cidade ficavam são resposta. -----

----- No período antes da ordem do dia da Assembleia de vinte e seis de novembro de 2013 tinham sido entregues requerimentos sobre o Encerramento do Cinema King e o Plano de Urbanização da Zona Envolvente à Estação do Oriente. Perguntou para quando as respostas escritas. -----

----- A vereadora Graça Fonseca fizera a entrega da medalha de ouro da cidade à Escola Secundária Passos Manuel, após a sua reabilitação, com a qual o PCP estava, obviamente, de acordo. Mas perguntava para quando a resposta à moção pela reabilitação da escola Secundária de Camões, também aprovada nessa Assembleia Municipal, em vinte e seis de novembro. -----

----- Na mesma sessão fora apresentada uma recomendação sobre a falta de condições de trabalho nos armazéns do Departamento do Desporto do Bairro da Boavista. Perguntou se não havia nada a dizer por parte do Executivo. -----

----- Outras questões em concreto poderiam ser levantadas, como o encerramento da Loja do Cidadão nos Restauradores. -----

----- Assim se verificava que a gestão PS respondia mal nas competências e responsabilidades próprias e, pior, não enfrentava com rigor e empenho as malfetorias do poder central com fortes repercussões na cidade. -----

----- Terminou dizendo que quando alguns se sentiam fadados para altos voos, seria bom que cumprissem o essencial na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** disse que o PS não poderia deixar de concordar com a primeira parte da intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos e de se identificar com aquilo que referia como efeitos gravosos e negativos da política do Governo. Quando se referia a política de emprego, a política económica, a redução que citava a mata cavalos do défice, nunca se ouvira certamente palavras de apoio do PS a esse tipo de políticas. Pelo contrário, tinham-se denunciado e combatido, o que se continuaria a fazer sem qualquer dúvida.-----

----- No entanto, quando se dizia que o PS na cidade acompanhava um pouco a política, que não se distinguia e não se distanciava, queria recordar por um lado o pacto fiscal recentemente objeto de discussão e aprovado nos órgãos autárquicos, que merecera a concordância do PCP. Perguntou se não estariam aí perante uma política diferente, se não estariam perante um instrumento concreto que poderia permitir mais investimento e atrair famílias para a cidade, se não estariam perante um instrumento que poderia servir para combater o despovoamento e, pelo contrário, trazer novas famílias e novas empresas para a cidade.-----

----- Por outro lado, a questão das *start-up*, incubadoras de empresas e uma série de mecanismos que tinham sido despoletados, criados e acarinhados pela Câmara

Municipal. Perguntou se era ou não verdade que podiam ajudar à criação de empresas e de emprego, sendo de alguma forma um contraponto e completo oposto daquilo que era a política do Governo. -----

----- No que dizia respeito à reforma administrativa e aos direitos dos trabalhadores do Município, perguntou se não era um pouco estranho que estivesse atualmente em cima da mesa, mais do que os interesses dos trabalhadores do Município, os interesses dos trabalhadores das Freguesias. Significava, se calhar, que esses trabalhadores tinham os seus direitos e porventura eram outros que estavam preocupados por não os terem. -----

----- Disse estranhar que da parte do PCP não se tivesse ouvido uma única palavra sobre a qualidade do serviço que era prestado, absolutamente essencial, e era incrível que enquanto eleitos autárquicos nunca referissem o serviço prestado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** disse que o Governo tinha encontrado um elevadíssimo nível de compromissos assumidos e não pagos, de dezenas de milhões de euros, que iam crescendo a um ritmo quase diário de despesas assumidas que não cumpriram os procedimentos legais. Estava-se a arrumar a casa, seria um caminho difícil mas era o único caminho. Havia uma situação difícil que exigia medidas sérias e difíceis, procurando combater o despesismo. -----

----- Não tinha sido Passos Coelho a fazer esse discurso. Tinha sido Bernardino Soares em Loures, atualmente como Presidente de Câmara. Ia o PS em seu auxílio, um pouco como quem fugia da responsabilidade que tinha na crise e no efeito que crise infelizmente produzia na vida dos portugueses. -----

----- Disse que de facto tinha sido assim, tivera que se arrumar a casa e os resultados iriam a pouco e pouco dar razão. No entanto, congratulava o PCP pelo desempenho que tivera nos últimos dias na questão da reforma administrativa. O PSD também contava com o PCP para a resolução de uma transferência pacífica, rigorosa e equitativa dessas transferências para as Juntas de Freguesia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** começou por dizer que não era capaz de separar as responsabilidades no governo da cidade e no do País de ambos os sectores políticos, do PS e do PSD: tinha essa dificuldade muito clara porque ambos participaram nela e ambos participaram na aprovação da troika. Aí não se metia e dava por aprovado que ambos tinham responsabilidade. -----

----- Se havia uma proposta de apresentação e deposição do PS face ao Governo Central e a favor da cidade, tinha sempre o voto do PCP, mas tinha levantado uma série de questões onde o PS não se vinha apresentando frontal, direito, com a votação bastante que tinha para dizer “alto e para o baile”, para não fazerem mais maldades à Cidade de Lisboa. -----

----- A cidade vinha sendo vítima de tudo. Era a educação, era a segurança social e atualmente era a saúde, onde se pretendi fazer uma liquidação dos serviços centrais e iriam ver que o pico da gripe estava previsto para a primeira semana de fevereiro, iriam ver a rotura dos serviços da Cidade de Lisboa. Era verdade que a responsabilidade era de quem governava, mas o PS tinha que ter não uma responsabilidade direta, mas a responsabilidade de se apresentar frontalmente ao Governo Central e defender. Se o tinha feito na área fiscal, fazia nas outras áreas. -----

----- Quanto à qualidade dos serviços camarários, não tinha falado na qualidade mas sabia reconhecer quando havia qualidade e ela não existia sem a participação dos trabalhadores. Não era possível fazer política autárquica sem contar com os trabalhadores. Também o seu camarada Bernardino contava com isso, mas as heranças eram heranças e era preciso resolver os problemas sempre a favor das populações e dos trabalhadores. Esse era o norte e por isso folgava sempre quando havia Deputados do PS que não estavam a par da troika, que não iam assinar com a troika, que não tinham nada com quem estava com a troika e que estavam claramente a defender a causa dos trabalhadores e a causa do povo de Lisboa.-----

----- Esses teriam o apoio e os cumprimentos do PCP. Quando fossem só palavras, haveria sempre um motivo de crítica.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra para uma declaração política, disse que estavam muito próximos de iniciar a transferência efetiva de competências para as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, dando com isso início ao maior processo de descentralização administrativa de que havia memória em Lisboa e no País. O reforço das competências das vinte e quatro Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa constituía-se como um marco importante na relação de proximidade e confiança com os cidadãos, mas essa confiança só poderia existir se os processos fossem devidamente ponderados, abrangentes e inclusivos.-----

----- Ponderados na defesa inquestionável da manutenção dos direitos dos trabalhadores que iriam exercer as funções nas Juntas de Freguesia e na equidade das competências a transferir;-----

----- Abrangentes porque, pela natureza da reforma, essa só teria sucesso se fosse feita numa dimensão global e integrada;-----

----- Inclusiva porque a sua natureza obrigava à envolvimento de todos.-----

----- Era por isso que o PSD tinha proposto na última Assembleia a realização de uma comissão eventual de acompanhamento à transferência de competências, que mais tarde, por acordo com o PS e com o Grupo de Deputados Municipais Independentes e em bom rigor sem a oposição de nenhuma força política, se procedera a um conjunto importante de audições de onde saíram recomendações e sugestões importantes que a Assembleia Municipal assumiria junto do Executivo Municipal.-----

----- No entanto, algo ia mal dentro do Executivo Camarário. Na mesma altura em que se ouviam os parceiros sociais, na mesma altura em que todos em conjunto procuravam encontrar soluções de reforço, de controlo, de equidade e de rigor para que o processo de transferências se fizesse bem feito, ao mesmo tempo em que todos cumpriam o seu papel já o Executivo enviava aos parceiros as propostas de acordo tripartido sem que as mesmas contemplassem sugestões da Assembleia Municipal.-----

----- Sabia que não podia confundir um ato apressado, irrefletido e até mesmo amador de um Vereador com a vontade, que acreditava genuína, do PS e nomeadamente do PS na Assembleia Municipal em levar a reforma a bom porto, como também não podia confundir as palavras e as garantias do Presidente da Câmara Municipal feitas na Assembleia Municipal com esses atos pouco claros, pouco transparentes e até

mesmo desrespeitadores de uma vontade que diria transversal aos partidos políticos, mas, a avaliar pelos factos, algo estava mal no Executivo. -----

----- Por isso voltava o PSD na Assembleia Municipal, assim como estava certo o faria na próxima reunião de Câmara, a apelar ao Executivo Municipal que contemplasse as recomendações na íntegra da Assembleia Municipal nas propostas de transferências de competências, património, recursos humanos e financeiros que discutiríamos no próximo dia vinte e um. -----

----- A maioria do PS, já o dissera e repetia, implicava responsabilidade e o respeito por esse princípio que teria o seu grande teste na alteração das propostas. Ou o PS na Câmara Municipal respeitava e adería àquilo que o PS na Assembleia recomendava e sugeria com os outros partidos e sugeria, ou o PS na Câmara Municipal fingia que respeitava e fazia o que bem entendia sem envolver nada nem ninguém. -----

----- Acreditava que o PS na Câmara Municipal ainda ia a tempo de incluir todas as recomendações da Assembleia e que, sem pressas e com rigor, pudessem todos contribuir para uma transferência de competências mais justa e mais equilibrada. -----

----- Havia um assunto que tinha tido larga referência na comunicação social na última semana e que merecia a atenção. Referia-se à devolução de parte do IRS aos munícipes da Cidade de Lisboa. A possibilidade das câmaras municipais entregarem aos seus munícipes uma parte do IRS a que tinham direito surgira na Lei das Finanças Locais em 2007 redigida por António Costa. Nesse diploma as autarquias viram diminuir o montante global de impostos que recebiam e passaram a ter direito a cinco por cento do IRS cobrado aos seus moradores. Cada executivo municipal poderia depois decidir se ficava com esse imposto para financiar a sua atividade ou se o devolvia aos munícipes. -----

----- António Costa o Presidente tinha feito muito diferente de António Costa o legislador. Sendo a Lei de 2007 e produzindo efeitos concretos em 2008, tinha-se passado em Lisboa: em 2008, devolução zero; em 2009, devolução zero; em 2010, 2011, 2012 e 2013 nem um cêntimo. Em 2014 previa-se a devolução de vinte e oito milhões de euros, porque o PSD na Assembleia Municipal de Lisboa em 2012 tinha proposto que os lisboetas tirassem benefícios do acordo feito relativamente aos terrenos do aeroporto. -----

----- A Câmara Municipal, pela dívida que tinha, pagava avultados juros. Aquando do acordo e da verba recebida pelo aeroporto, tinha abatido á dívida e poupado nos juros cerca de vinte e cinco milhões de euros. O PSD na Assembleia Municipal entendera então que aquilo que se poupava em juros teria de reverter para os lisboetas, ou como devolução no IRS, ou noutra forma de que os munícipes tirassem benefício direto. -----

----- Era, portanto, fácil perceber que se tivessem em conta que a Câmara Municipal recebera cerca de 286 milhões de euros do Governo, provenientes da totalidade dos terrenos do perímetro aeroportuário, avaliação de terrenos e mais recentemente seis milhões de euros relativos aos terrenos do Centro Cultural de Belém, as cativações de verbas do IRS pouco tiveram a haver com, pelo menos desde 2012, o financiamento da atividade da autarquia. No entanto, o Presidente António Costa anunciara que ia devolver vinte e oito milhões de euros aos lisboetas em 2014 e o PSD congratulava-se



por isso, mas ao mesmo tempo já tinha aprovado um empréstimo de quarenta milhões de euros e anunciara a intenção de aumentar as taxas municipais. -----

----- Na sua tomada de posse, o Presidente António Costa tinha afirmado que “a maioria que se reforçou em Lisboa provou que é possível fazer diferente e de ultrapassar o ciclo vicioso do corta aqui e aumenta ali”. António Costa podia não cortar aqui e aumentar ali, mas com certeza que dava com uma mão ao mesmo tempo que ia tirando com a outra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, começando por se referir às Freguesias, disse que naturalmente esse era um processo que merecia o apoio e a concertação do PS, que dava o devido crédito ao PSD por ter sido desde o início um parceiro na construção da reforma e por continuar a ser um parceiro na sua implementação.-----

----- O PS considerava que era condição crítica de sucesso uma adequada concertação, compromisso e diálogo entre a Câmara e as Freguesias, entre a Câmara e a Assembleia Municipal, entre as Freguesias e os Sindicatos, entre a Câmara e os Sindicatos, que todos os atores políticos da cidade tinham que contribuir com soluções. O PSD também tinha contribuído e o PS reconhecia esse trabalho.-----

----- Perguntava-se se o Presidente António Costa e os Vereadores do PS estariam dispostos a analisar as propostas e a inseri-las. Naturalmente que já o tinham afirmado e dito que sim, mas devolvia-lhe a pergunta, se estariam também os Vereadores eleitos pelo PSD disponíveis para analisar todas as recomendações da Assembleia Municipal e das Freguesias e também participar nessa discussão. Parecia-lhe que todos ganhariam e certamente que o Presidente António Costa também acharia.-----

----- O PS esperava que o Vereador eleito pelo CDS e os Vereadores eleitos pelo Movimento “Cidadãos Por Lisboa” nas listas do PS também contribuíssem, tal como na Assembleia Municipal todos tinham que contribuir, porque só assim a reforma ganharia.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo tinha referido um outro tema importante, que era a devolução de parte do IRS às populações. Teria que convir que quando António Costa ganhara pela primeira vez a Câmara Municipal de Lisboa, a situação financeira do Município não permitia acabar essas receitas. -----

----- Tinha sido um aspeto importante, e o PS reconhecia que por proposta do PSD, o acordo feito para uma fiscalidade na Cidade de Lisboa mais amiga das populações, mas isso levantava uma outra pergunta, aliás reiterando o desafio que o Presidente António Costa tinha feito: se estava o PSD disponível para uma discussão séria sobre uma mudança do modelo de financiamento autárquico, em especial na Cidade de Lisboa.-----

----- Disse que o modelo existente, com a queda das receitas, com a recessão que fora introduzida e com a mudança de paradigma, tinha que ser alterado. O PS estava disponível para esse debate e esperava que o PSD também estivesse.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** referiu que os Vereadores do PSD já não estavam na sessão, mas podia dizer que na próxima sessão de Câmara os Vereadores do PSD iriam propor junto do Presidente da Câmara a

inclusão de todas as propostas que faziam parte dos relatórios aprovados pela Primeira e Quinta Comissão da Assembleia Municipal. Era esse o compromisso do PSD com os cidadãos de Lisboa e dele não iriam fugir.-----

----- Em relação à segunda questão colocada, disse que ele próprio, numa primeira intervenção que fizera na Assembleia Municipal aquando da discussão do modelo das taxas, tinha assumido que o PSD estava disponível para um debate sério sobre as novas formas de financiamento da cidade e iria a esse debate. O que não ia era anunciar previamente, utilizando uma maioria clara que se reconhecia ao PS, para impor um aumento de taxas. -----

----- A maioria que o PS tinha implicava maior responsabilidade, dialogando com as forças políticas, um diálogo sério. Para esse diálogo o PSD estava obviamente disponível. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra para uma declaração política, disse que fazia um ponto de ordem inicial: considerando que não fora definido um tema para esse debate, a intervenção do PEV abordava apenas considerandos muito genéricos.-----

----- Lisboa constituía-se como o polo central da Área Metropolitana e da região mais importante do País, assumindo esse papel nos planos económico, cultural, social, de cidadania e até simbólico. Todavia, Portugal e a capital do País e os lisboetas, por consequência, atravessavam uma das maiores crises dos últimos anos, alvo de sucessivos planos de austeridade de consequências nefastas, a sofrer os mais severos ataques aos direitos dos cidadãos e a serem empurrados para um inaceitável retrocesso civilizacional.-----

----- Os portugueses encontravam-se reféns de um modelo que se sustentava no domínio dos mercados e do poder financeiro, que a todo o custo sacrificava a capacidade de desenvolvimento e de qualidade de vida do País para garantir o seu domínio e a sua acumulação de riqueza. Um modelo cujos efeitos, atualmente mais do que nunca, se faziam sentir em todos os setores da sociedade. Um País que tinha vindo a acumular um brutal défice estrutural e de soberania ciclicamente agravado pelas medidas que tinham vindo a ser implementadas, em alternância, por coligações do bloco central ou de direita.-----

----- O Partido Ecologista «Os Verdes», enquanto formação política de esquerda que se norteava pelos valores ecologistas de respeito pelos direitos do Homem, que defendia o trabalho com direitos, o direito à educação e à saúde, o acesso aos serviços públicos, o direito a um ambiente sadio, que lutava pela preservação dos recursos naturais e pela sua salvaguarda para as gerações vindouras, estava empenhado em contribuir para congregar e fortalecer a oposição a esse ataque avassalador.-----

----- A conjuntura obrigava cada vez mais à concertação de forças e à unidade na ação, obrigava ao esclarecimento e à formação do indivíduo, obrigava à reivindicação e à permanente luta em defesa dos Direitos Fundamentais plasmados na Constituição da República Portuguesa. -----

----- O PEV entendia a participação e a intervenção das populações como condições básicas para uma gestão democrática e importante razão distintiva do trabalho e da

forma de estar dos seus eleitos, bem como indispensáveis para a concretização do seu projeto para a cidade, em conjunto com a iniciativa das populações, do movimento associativo e dos trabalhadores da autarquia.-----

----- Mais do que assegurar meros espaços de consulta ou de auscultação e, ao invés de criar espaços de propaganda e demagogia, o PEV propunha a participação direta das populações na definição das políticas, sem a desresponsabilização do Estado e do Executivo Municipal. Por isso mesmo, o contacto com as populações, permanente e direto, era uma das características do seu projeto. Era por isso desejável o envolvimento das populações no processo de decisão, na auscultação antecipada sobre determinadas orientações, quer das opções de gestão da cidade, quer no debate sobre os principais instrumentos de planeamento. -----

----- Como sempre tinham defendido, a estrutura e o desenvolvimento equilibrado do País reclamavam a requalificação de uma centralidade que Lisboa tinha naturalmente de assumir e, ao mesmo tempo, uma nova dinâmica de reequilíbrio regional e nacional.-----

----- Contudo, as políticas autárquicas que PSD e PS vinham alternando na gestão do Município tinham sido orientadas pelas sistemáticas tentativas, em parte concretizadas, de contratualização externa e de diminuição de postos de trabalho, reduzindo a atividade e o serviço público da autarquia. Tinham sido instituídos modelos externos com vista a criar as condições à privatização de serviços essenciais, como a higiene ou a limpeza, os resíduos sólidos urbanos ou o saneamento, e promovendo a externalização de muitos serviços, desde a cultura ao espaço público e em particular à gestão dos espaços verdes.-----

----- A dignificação e motivação dos trabalhadores da CML e empresas municipais eram elementos imprescindíveis para a obtenção de uma eficiente capacidade de resposta ao munícipe, sendo um meio determinante para levar à prática a defesa de um serviço público de qualidade, em prol dos munícipes e da cidade.-----

----- Daí que o PEV defendesse, como linhas de ação nacional e local, o combate às atuais políticas de roubo aos trabalhadores, perpetrada pelo governo das troikas e do pacto de agressão externa; o combate às políticas de desvalorização do poder local, exigindo do poder central o compromisso integral das suas obrigações; a defesa de serviços públicos de proximidade ao munícipe, com a manutenção na esfera da autarquia das atribuições que satisfizessem as necessidades dos lisboetas; a salvaguarda dos postos de trabalho e o trabalho com direitos, combatendo a precariedade, salvaguardando e dignificando as condições de trabalho, preenchendo os postos de trabalho, dotando-os dos meios técnicos indispensáveis à prestação de um serviço público de qualidade; investir na formação, aspeto fundamental para que os trabalhadores pudessem enriquecer os seus conhecimentos, ao mesmo tempo que se melhorava a eficiência da sua prestação, como por exemplo a dinamização das escolas de formação, designadamente de jardineiros e calceteiros; e ainda melhorar as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho.-----

----- Outra prioridade fundamental no caminho da construção de uma cidade radicava na melhoria da sua qualidade ambiental, para que o funcionamento da cidade

garantissem uma boa qualidade de vida urbana. Nesse sentido, «Os Verdes» defendiam o desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis que tivessem em conta a eficiência energética, a qualidade do ar e o ruído, promovendo a mobilidade, construindo corredores verdes, preservando Monsanto, valorizando os jardins históricos, conservando matas e requalificando outros espaços e parques de Lisboa, devolvendo os logradouros à fruição da população, melhorando as condições de estada dos animais no canil e no gatil. -----

----- O Partido Ecologista «Os Verdes» defendia também iniciativas pedagógicas de sensibilização ambiental, acompanhadas de campanhas de informação relativas à separação seletiva de resíduos em parceria com as Juntas de Freguesia. Entendia que Lisboa precisava de implementar os meios que permitissem medir o impacto energético e ambiental de decisões políticas e identificar os processos conducentes a melhorias significativas da atual situação energética. Considerava, por isso, como prioritária a implementação de um Plano Energético Municipal para Lisboa; ações de promoção de uma mobilidade sustentável, com o incremento de mais e melhores transportes públicos; a certificação energética dos edifícios, a integração e utilização das energias endógenas nos novos edifícios e urbanizações; a instalação de painéis solares em piscinas e balneários; ou ainda atualizar as matrizes energética, da água e dos resíduos sólidos urbanos da Cidade de Lisboa. -----

----- O PEV apoiava, como objetivo estratégico, a conclusão do sistema de saneamento da cidade, no âmbito do Plano Integrado de Qualidade Ambiental, o que pressupunha um sistema integrado de águas residuais e valorização ambiental do estuário do Tejo, mantendo-se a rede de saneamento em baixa no âmbito das competências da Câmara Municipal; a promoção da reutilização das águas tratadas e desinfetadas das ETAR's de Beirolas e Chelas, na rega de jardins e lavagem de ruas e outras utilizações compatíveis, com a respetiva poupança no consumo de água potável. -----

----- A autarquia devia também promover o desenvolvimento de uma política de contenção de despesas, designadamente as de funcionamento, exigindo-se a implementação de normas de controlo interno e de um efetivo controlo de gestão, de modo a maximizar os meios e a reduzir o desperdício, planificando as obras e preparar devidamente os cadernos de encargos dos concursos, acompanhando posteriormente a respetiva execução, de forma a evitar as constantes derrapagens nos seus custos; uma correta manutenção do espaço público e do património municipal, evitando assim avultadas despesas em grandes reparações; dotar o município de uma gestão rigorosa, nomeadamente ao nível da frota municipal e das telecomunicações; aumentar a operacionalidade dos serviços; promover a gestão pública dos equipamentos municipais com base em critérios rigorosos; finalmente, privilegiar o recurso aos serviços da autarquia em detrimento de contratações exteriores, dotando os serviços de meios e recursos e apostando nos técnicos da CML, invertendo a política de esvaziamento de serviços e a privatização das respetivas valências. -----

----- Em conclusão, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» garantia permanecer atento e interventivo, nesse mandato de 2013 a 2017, não apenas sobre as

necessidades básicas dos munícipes de Lisboa, dos que lá viviam, trabalhavam e estudavam, como no reforço de uma gestão democrática e participada dos órgãos municipais ao serviço das populações. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, disse que a intervenção do Senhor Deputado Municipal do PEV ia ao encontro de muito daquilo que o PS defendia, a proximidade com a população e a defesa dos trabalhadores. Por esse motivo o Município de Lisboa desenvolvia uma série de medidas que tinham como objetivo combater a grave crise social que se vivia e assegurar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente nesse processo de transferência de competências do Município de Lisboa para as Juntas de Freguesia. -----

----- A pergunta que queria fazer ao Senhor Deputados Municipal Sobreda Antunes era quando apresentaria propostas construtivas na Assembleia Municipal. Tinha frisado uma série de pontos, colocara uma série de observações e enunciara algumas críticas, gostaria de saber quais eram as suas propostas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** disse que não sabia quanto tempo tinha a Senhora Deputada Municipal na Assembleia Municipal, mas havia muitos anos que o PEV fazia inúmeras propostas. Algumas tinham sido aceites pelos diversos Executivos anteriores e outras nem por isso, apesar de terem sido aprovadas por unanimidade na Assembleia. Não era apenas com propostas do PEV, como com propostas de outros grupos municipais e isso era lamentável. -----

----- Reforçou que a intervenção do PEV apenas abordara considerandos muito gerais, lamentando que anteriores Executivos Municipais muito tivessem prometido mas pouco tivessem feito em benefício dos munícipes, ou tivessem servido outros interesses que não os dos lisboetas. -----

----- Tendo em conta a situação particular e difícil que se vivia no País, seria de esperar que a Câmara tivesse outra postura e criasse condições para melhorar a qualidade de vida dos munícipes em geral e dos jovens e idosos em particular, mas raramente se assistia a essa opção política. O PEV sempre encarara a casa da cidadania não como uma bengala como extensão da Câmara Municipal que servia apenas para votar propostas, mas como um órgão com vida própria e capaz de promover iniciativas, dinamizar comissões e incentivar discussões sobre temas importantes para o Município. -----

----- Aos órgãos municipais e aos seus eleitos exigia-se um trabalho dedicado e contínuo, sempre em defesa da Cidade de Lisboa e dos lisboetas. Esperava-se que a Assembleia Municipal, mas também o Executivo da Câmara, fossem ainda mais abertos e mais próximos dos cidadãos, dando voz ao lisboeta anónimo e aos grupos e associações que os representavam com dignidade, com sugestões e pareceres que iam de encontro às suas necessidades reais. -----

----- Da parte do PEV, reforçava que continuariam a fazer propostas que reafirmassem os valores e os princípios ecologistas, contribuindo para um verdadeiro desenvolvimento democrático e sustentável na Cidade de Lisboa. Esperava também

que os restantes grupos municipais se disponibilizassem para a defesa desses princípios e dos normativos constitucionais que os enquadravam. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinham chegado ao fim dessa parte dos trabalhos. A Mesa tomara devida nota das questões que teria que encaminhar.-----

----- Informou que havia um aditamento na ordem de trabalhos, que tinha a ver com a necessidade de constituir um grupo de trabalho para o Regimento. Os Senhores Deputados Municipais tinham recebido um dossier com o anteprojecto de Regimento e era sobre esse dossier que iriam trabalhar, mas era necessário constituir formalmente um grupo de trabalho, uma vez que a Mesa não tinha competências, nem a Conferência de Representantes, para constituir esse grupo de trabalho.-----

-----**Proposta n.º 1/AM/2014**-----

-----**Constituição de Grupo de Trabalho para o Regimento**-----

----- “*Considerandos:* -----

----- 1. *Ao abrigo da alínea a) do artigo 29º da lei 75/2013, de 12 de Setembro, a mesa da Assembleia municipal elaborou um anteprojecto de Regimento que foi distribuído na reunião da Conferência de Representantes de 6 de Janeiro de 2014. -----*

----- 2. *Há vantagem na constituição de um grupo de trabalho para análise do anteprojecto apresentado pela mesa, bem como dos contributos apresentados pelos deputados municipais ou pelos grupos municipais, de acordo com a metodologia proposta pela mesa na reunião plenária de 26 de Novembro. -----*

----- 3. *Assim, poderão todos os grupos e deputados municipais apresentar sugestões ou propostas ao grupo de trabalho, que as analisará e poderá recomendar a sua integração na redacção do anteprojecto de Regimento elaborado pela mesa, o qual, findos os trabalhos, constituirá o projecto de Regimento a submeter pela mesa à apreciação da Assembleia para o mandato 2013-2017. -----*

----- Assim, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 26º da lei 75/2013, de 12 de Setembro, proponho que a Assembleia Municipal delibere: -----

----- a) *a constituição de um grupo de trabalho para o Regimento, presidido pela Presidente da Assembleia, com a seguinte composição: os membros da mesa; um deputado municipal indicado por cada grupo municipal; um deputado municipal indicado pelo conjunto dos deputados independentes. -----*

----- b) *a fixação de um prazo de 30 dias, renováveis, se necessário, para o grupo concluir os seus trabalhos. -----*

----- Lisboa, 9 de Janeiro de 2014-----

----- Pela mesa da Assembleia Municipal-----

----- A Presidente - Helena Roseta” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** disse que “Os Verdes” não concordavam com um prazo tão limitado, trinta dias, sem haver nenhuma metodologia que estivesse acoplada.-----

----- Talvez os outros grupos municipais se recordassem da sugestão de uma anterior Presidente da Assembleia Municipal, oito anos antes, que apresentara na Conferência de Representantes uma calendarização faseada, em que por exemplo, durante as primeiras duas semanas os grupos municipais apresentariam as suas propostas de

alterações às normas do Regimento, mais uma ou duas semanas para que isso fosse contemplado num outro texto geral, mais uma outra semana para haver um debate em seio da Assembleia Municipal e assim sucessivamente. -----

----- Gostaria que não houvesse esse prazo de trinta dias e em alternativa fosse apresentada à Assembleia uma calendarização com as diversas fases. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que certamente teria razão de ser essa proposta, mas acontecia que já tinham um Regimento e provavelmente a metodologia usada nessa ocasião partia de um ponto muito anterior, em que não havia regras definidas. Atualmente já tinham um Regimento, já tinham um anteprojeto de Regimento e era apenas trabalhar sobre isso. -----

----- O que propunha aos Senhores Deputados Municipais, tendo em conta a sugestão, era que se mantivesse o prazo de trinta dias, que podia ser renovado por deliberação da Assembleia. Se o grupo de trabalho entendesse que precisava de mais tempo, pedia-se o tempo que fosse preciso e não precisavam estar a fazer coisas a “mata cavalos”, mas também não queria arrastar muito esse trabalho, porque também eram acusados de estar a trabalhar em inter regimentos, em que não havia um antigo nem um novo.-----

----- (As alterações ao texto já se encontram introduzidas na proposta acima apresentada)-----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1/AM/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Seguidamente, informou que iria convocar uma primeira reunião do grupo de trabalho, exatamente para definir a metodologia, no próximo dia dezasseis às dezassete horas, uma vez que depois havia umas votações a partir das dezanove horas para o Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Recordou que no dia dezasseis, quinta-feira, das dezanove às vinte e duas horas, os Senhores Deputados Municipais que eram eleitos diretamente ou os seus substitutos teriam que votar para a eleição do Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa. Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia ou os seus substitutos não faziam parte do caderno eleitoral e não tinham que votar.-----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezoito horas e quinze minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

-----A PRESIDENTE -----